

Nadine Janete Brito Martins Tavares

Descentralização do Poder Local e o Cumprimento dos ODM em Cabo Verde: O Caso do Município da Praia

Nadine Janete Brito Martins Tavares

**Descentralização do Poder Local e o Cumprimento dos
ODM em Cabo Verde: O Caso do Município da Praia**

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

16.6.14

Nadine Janete Brito Martins Tavares, autora da monografia intitulada “ **Descentralização do Poder Local e o Cumprimento dos ODM em Cabo Verde: O Caso do Município da Praia**”, declara que, salvo fontes devidamente citadas e referidas, o presente documento é fruto de uma investigação científica.

Cidade da Praia, 27 de outubro de 2013.

Nadine Janete Brito Martins Tavares

Memória Monográfica apresentada à Universidade Jean Piaget de Cabo Verde como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública e Autárquicas.

Sumário

O presente trabalho que se intitula “ **Descentralização do Poder Local e o Cumprimento dos ODM em Cabo Verde: O Caso do Município da Praia**”, enquadra-se no âmbito do curso de licenciatura em Administração Pública e Autárquicas realizado pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

Em Cabo Verde e, sendo assim, o Município da Praia traçou-se os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio a serem alcançados até 2015, tendo em consideração as metas e as matrizes financeiras de forma a mobilizar os recursos financeiros para o efeito, o que devido a crise económica e financeira, depara-se com constrangimentos na concretização dos mesmos. Entretanto, o reforço da descentralização do poder local pode constituir-se numa das vias para a prossecução dos objetivos a respeito do desenvolvimento, quer a nível nacional, regional, local e comunitário.

Este trabalho visa analisar a relação entre a descentralização do poder local e o cumprimento dos ODM em Cabo Verde, com realce para o Município da Praia, de forma a inteirar-se sobre o cumprimento ou não desses objetivos, conhecer os constrangimentos a esse respeito, compreender a relação que possa existir ou não entre o reforço da descentralização desse Município e o cumprimento ODM e sugerir medidas de políticas e estratégias a esse respeito.

Para a realização deste estudo utilizou-se uma metodologia com enfoque qualitativo e de carácter exploratório. Assim, para além da pesquisa documental, nomeadamente livros e revistas especializados, *sites*, documentos jurídicos e de gestão, relatórios e estudos de consultoria, fez-se a análise de entrevistas aplicados aos sujeitos de pesquisa, bem como consultas aos especialistas e responsáveis a nível do poder local e central e das Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV) e da Associação dos Municípios da ilha de Santiago (AMS).

Palavras-chave: Cumprimento; descentralização; ODM; Poder Local.

Agradecimentos

Na elaboração da minha monografia de licenciatura, como é óbvio tive apoios de várias personalidades e instituições na recolha de entrevistas, documentos, revistas entre outros, que acabou por contribuir diretamente ou não na elaboração da mesma, aproveito para agradecer a Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde, Associação dos Municípios de Santiago, Direção Geral da Descentralização e Instituto nacional de Estatísticas.... Em responderem os questionários da entrevista, em facultar os documentos (relatórios, estudos feitos) o que contribuiu para que eu possa ter um conhecimento mais afundo e real da Descentralização, do Poder Local e dos cumprimentos do ODM no Município da Praia, mas também tenho a agradecer em especial:

Os meus pais Manuel e Margarida por tudo que fizeram pelo apoio, os incentivos, a preocupação, a dedicação, encorajamento enfim por tudo mesmo para que eu possa;

O Mestre Simão Paulo Varela Rodrigues pela sua disponibilidade, paciência e dedicação que de uma forma brilhante orientou-me na minha investigação e aos apoios mural que não faltaram durante a elaboração da investigação.

O Professor Doutor Osvaldo Monteiro Borges também pela sua disponibilidade e apoio que me deu nas partes estatísticas que contribui e muito pela conclusão da minha investigação.

A todos vós com muito respeito e sinceridade recebem o meu muito obrigada, porque vocês são os responsáveis pela minha satisfação e pelo bom trabalho feito, que acredito.

Conteúdo

| | |
|---|----|
| Introdução | 9 |
| 1- Contextualização e problemática..... | 9 |
| 2- Importância do trabalho..... | 9 |
| 3- Perguntas de partida..... | 10 |
| 4- Objetivos do trabalho..... | 10 |
| 4.1.Objetivo geral..... | 10 |
| 4.2.Objetivos específicos | 10 |
| 5- Estrutura do trabalho | 10 |
| Capítulo 1: Abordagem teórica e metodológica | 12 |
| 1.1 Definição de conceitos..... | 12 |
| 1.2 Fundamentação teórica | 14 |
| 1.3 Metodologia do trabalho | 18 |
| Capítulo 2: Descentralização e autonomia do poder local em Cabo Verde..... | 20 |
| 2.0. Breves considerações | 20 |
| 2.1. Historial sobre a descentralização e autonomia do poder local | 20 |
| 2.2. Objetivos do desenvolvimento do Milénio e resultados conseguidos | 21 |
| Capítulo 3: Descentralização e o cumprimento dos ODM em Cabo Verde: | 34 |
| 3.1.Caraterização do Município da Praia | 34 |
| 3.1.1.Enquadramento geral | 34 |
| 3.1.2.Dinâmica demográfica | 37 |
| 3.1.3.Dimensão territorial e ambiental..... | 38 |
| 3.1.4.Situação económica e financeira | 42 |
| 3.1.4.1. Orçamento da Câmara Municipal da Praia | 43 |
| 3.1.4.1.1. Receitas da Câmara Municipal da Praia | 49 |
| 3.1.4.1.2.Despesas do Município da Praia | 54 |
| Bibliografia | 65 |
| Apêndice: Guião de entrevista aplicado aos sujeitos de pesquisa | 72 |

Introdução

1- Contextualização e problemática

Em Cabo Verde e, sendo assim, o Município da Praia traçou-se os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio a serem alcançados até 2015, tendo em consideração as metas e as matrizes financeiras de forma a mobilizar os recursos financeiros para o efeito, o que devido a crise económica e financeira, depara-se com constrangimentos na concretização dos mesmos. Entretanto, o reforço da descentralização do poder local pode constituir-se numa das vias para a prossecução dos objetivos a respeito do desenvolvimento, quer a nível nacional, regional, local e comunitário.

2- Importância do trabalho

Assim, a realização deste trabalho justifica-se pelas seguintes razões:

- Importância e atualidade do tema para a comunidade académica e científica;
Necessidade pessoal em aprofundar os conhecimentos adquiridos, a esse respeito, na parte curricular do curso; e
- Por ser um dos requisitos a obtenção do grau de licenciatura Administração Pública e Autárquica.

3- Perguntas de partida

Para a realização deste trabalho, formulou-se as seguintes perguntas de partida:

P1: De que forma o reforço da descentralização e o poder local pode contribuir para o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento do milénio por parte do Município da Praia?

P2: Que medidas de políticas e estratégias devem ser implementadas para o reforço da descentralização do Município da Praia, e que possam contribuir para o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento do milénio?

4- Objetivos do trabalho

4.1.Objetivo geral

Este trabalho tem por objetivo geral analisar a relação entre a descentralização do poder local e o cumprimento dos ODM em Cabo Verde, com realce para o Município da Praia.

4.2.Objetivos específicos

Constituem-se objetivos específicos deste trabalho, entre outros, os seguintes:

- Inteirar-se sobre o cumprimento ou não dos objetivos do desenvolvimento do milénio pelo Município da Praia;
- Conhecer os constrangimentos ao cumprimento desses objetivos por parte desse Município;
- Compreender a relação entre o reforço da descentralização do Município da Praia e o cumprimento desses objetivos; e
- Sugerir medidas de políticas e estratégias sobre o reforço da descentralização, e que contribuam para o cumprimento desses objetivos no município da Praia.

5- Estrutura do trabalho

Para além das partes pré-textuais e pós-textuais, da introdução e da conclusão, o trabalho encontra-se estruturado nos seguintes capítulos a saber:

Capítulo 1, **abordagem teórica e metodológica** onde se apresentou os conceitos, a fundamentação teórica e a metodologia utilizada para a realização do trabalho.

Capítulo 2, **descentralização e autonomia do poder local em Cabo Verde** incluindo as breves considerações, o historial sobre a descentralização e a autonomia do poder local, os ODM, bem como as considerações finais.

Capítulo 3, **descentralização do poder local e o cumprimento dos ODM em Cabo Verde**, com incidência para a caracterização do Município da Praia em termos de enquadramento geral, a dinâmica demográfica, a dimensão territorial e ambiental, a situação económica e financeira e a discussão dos resultados do estudo.

Capítulo 1: Abordagem teórica e metodológica

1.1 Definição de conceitos

- **Descentralização**

É a existência de diversas entidades na administração pública, para além do Estado-administração, todas participando no exercício da função administrativo do Estado-colectividade, umas dessas entidades dispõe de base territorial, outra não (Sousa, 1999:139).

- **Descentralização**

É transferência de poderes ou competência do estado para pessoa colectivas de direito publico diferentes, ou seja, entre distintas entidades públicas cada uma com a sua personalidade jurídica. (Pereira, *et al.*, 2005:341).

- **Desconcentração**

É a repartição das competências dentro da cada entidade administrativa entre o órgão de topo e órgão subalternos, reforçando a competência própria ou delegada deste, por natureza mais próximos daqueles cujas necessidades se visa satisfazer (Sousa, 1999:139).

De uma forma mais simplificada a desconcentração acontece dentro da mesma pessoa jurídica conservando-se o poder de decisão, sendo o poder exercido em regime de delegação de competências e afectação de meios.

- **Autonomia administrativa**

É a possibilidade de praticar atos administrativos, só susceptíveis de impugnação direta em via contenciosa, possibilidade de decisão independente no âmbito das suas funções (Dias & Oliveira, 2006:59).

- **Município**

São definidos como entidades territoriais colectivas com órgãos representativos (deliberativos e executivo) emanados das suas respectivas populações, dotados de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, normativa e organizacional e que prosseguem os interesses das suas populações¹.

- **Descentralização financeira**

É a transferência de créditos entre uma unidade gestora e suas beneficiárias, para que estas efetuem sua execução, onde a beneficiaria ganha a condição de determinar em quê e como gastar os recursos recebidos².

- **Descentralização administrativa**

É um simples processo técnico de descongestionar o estado de uma parte da sua tarefa/função (Caetano, 2001:248).

- **Descentralização fiscal**

Refere-se á transferência de recursos do governo central, a cobrança de impostos para as unidades sub-nacionais do governo, observando-se os dois lados do processo, isto é, recursos e gastos³.

- **Descentralização política**

Diz respeito a funções de governo exercidas em esferas inferiores da estrutura estadual (município) mediante competência e poderes próprias. (Sousa *et al.*, 1998:162)

¹ ANMCV, Legislação Municipal Cabo-Verdiana, Estatuto dos Municípios (Lei nº134/IV/95), 2010.

² <http://www.educacao.escolas.ba.gov.br/node/22>

1.2 Fundamentação teórica

A descentralização é vista como um processo positivo e democrático e a centralização como um processo negativo e autocrático. Na realidade, a descentralização é um processo que pode apresentar vantagem e inconvenientes, a depender do momento histórico em que ocorre, do grau de desenvolvimento social, cultural e económico da sociedade, e das motivações que a ela conduzem.

Como vantagem, permite aproveitar para a realização do bem comum a sensibilidade das populações locais relativamente aos seus problemas, e facilita a mobilização das iniciativas e das energias locais para as tarefas de administração pública, proporcionando soluções mais vantajosas de que a centralização, em termo de custo e eficácia (Amaral, 1998:696).

Referindo-se o mesmo autor, como inconvenientes da descentralização é que gera algumas descoordenações no exercício da função administrativa, abra a porta ao mau uso dos poderes discricionários da administração por parte de pessoas nem sempre bem preparada para o exercício.

Na África, a descentralização foi promovida, nos anos cinquenta e sessenta, pelas administrações coloniais, sob o argumento de que seria um elemento necessário á estrutura de um estado democrático independente, como meio de educação política da população, e como forma de transferir responsabilidades a alguns serviços locais (Smith, 1985).

As propostas baseavam-se geralmente nos modelos britânicos ou francêss, embora com autoridade e funções bem limitadas. O primeiro considerava a descentralização como forma de transferência de atribuição e competências da administração central para a administração local, bem como de responsabilidades, serviços e recursos. Já a visão francesa apenas achava necessária a promoção e desenvolvimento de condições jurídico institucional que permitissem o deslocamento do poder, da gestão e das decisões para os níveis mais periféricos de um sistema ou organização (Amaral, 1998:100).

³ Idem

Com base nisso podemos afirmar que o modelo britânico permitia uma maior descentralização já que abarcava a parte administrativa, política, fiscal e financeira, enquanto que o modelo Francês consistia numa descentralização político e administrativa.

Existem exceções, como a de alguns países do Pacífico, onde a descentralização surgiu como resposta às pressões de grupos locais e regionais numa demanda por maior autonomia local (Lamour & Qalo, 1985).

A descentralização como sendo a distribuição territorial de poder, ligada ao grau em que o poder e a autoridade estão distribuídas as instituições, através da hierarquia geográfica do estado e aos processos através dos quais tais distribuições ocorrem (Smith, 1985). Ela, vincula-se à subdivisão do território do Estado em áreas menores e à criação de instituições políticas ou administrativas que podem, por si decidir por novas formas de descentralização.

Depara-se, que a descentralização inclui formas diferentes de combinar hierarquicamente instituições e funções, assim como a distribuição de poder. Cada nível de governo, no Estado unitário, deve ser capaz de atribuir poderes a níveis hierarquicamente inferiores a às suas unidades administrativas, em todos os níveis de modo a praticar a descentralização dentro das suas organizações⁴.

Na perspectiva marxista, analisa a descentralização de acordo com a natureza do Estado e do sistema económico em que ela se processa, buscando-se entende-la a partir dos que dela se beneficiam e controlam as instituições políticas sub-nacionais. Nas sociedades capitalistas estudiosos do processo alertam para o facto de que maior papel da descentralização é ser parte de um reformismo liberal, incorporando ao aparelho do Estado as forças antagónicas ao regime, estendendo esse aparelho a níveis inferiores, criando-se, desse modo, a dispersão do poder sem, contudo, abdicar-se de seu controle (Amaral, 1998). Em Cabo Verde, vem sendo atribuído à descentralização o objectivo oficial de mobilizar as populações para os esforços de desenvolvimento⁵.

⁴ Constituição da Republica de Cabo Verde, art.2º,p:8, Cidade da Praia, 2008

⁵ Cfr (Programa do Governo para VII Legislatura (2006- 2011), 2006.

A descentralização, pela sua complexidade, tem merecido a atenção de diferentes disciplinas, apresentando dimensões distintas, tais como: a dimensão política, administrativa, económica e social. A abordagem relacionada com a dimensão administrativa analisa a descentralização como transferência de funções, competências e responsabilidades entre esferas do governo, unidades ou órgãos (Caetano, 2001).

A análise da dimensão económica encara a descentralização como a transferência de atividades económicas do sector público para o privado, ou como uma política para capacitarem as unidades governamentais sub-nacionais a decidirem sobre bens e serviços públicos nas suas próprias comunidades. Quanto à dimensão social entende-se que este processo supõe a participação social na gestão pública local, criando condições para que a população possa exercer funções de fiscalização sobre a gestão dos serviços públicos (Amaral, 1998).

Com a introdução das reformas políticas de carácter liberal, incentivando a participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, o sector público passou a responsabilizar os mesmos quanto às suas necessidades. Dessa forma, os governos começaram a transferir responsabilidades, dentre estas as sociais, nomeadamente as referentes à saúde, educação, transportes e segurança pública, para os governos regionais e locais⁶.

Por devolução deve ser entendida a criação ou fortalecimento de níveis sub-nacionais de governo (governo local ou autoridades locais), que se tornam independentes do nível central face a um conjunto definido de funções com personalidade jurídica clara, fronteiras geográficas delimitadas e autoridade para conseguir fundos e realizar despesas (Amaral, 1998).

Um país é considerado como possuidor de alto nível de descentralização administrativa se as regras e os procedimentos permitirem às unidades sub-nacionais do governo o controle de um grande número de serviços públicos (Rondinelli *et al.* 1984).

⁶Cfr. Estatuto dos Municípios cabo-verdianos consagrado pela Lei nº 134/IV/95.

Existem países onde é permitido aos governos locais e "regionais" colectarem suas taxas automaticamente, enquanto que em outros, os governos locais e regionais são obrigados a transferir suas arrecadações para o governo central que as redistribui para as diferentes unidades.

A atração por alguma forma de descentralização é cada vez mais evidente e parece ser universal. Mesmo os estados com pequenas dimensões territoriais e baixa densidade populacional possuem algum tipo de governo local com certo grau de autonomia, levando-se em consideração diferenças geográficas e étnicas. É o caso do próprio arquipélago de Cabo Verde com uma população flutuante estimada em 499.796 habitantes (INE,2009).

Todos os estados contemporâneos parecem de algum modo encontrar, dentro de sua organização política, fiscal ou administrativa, medidas e políticas voltadas para a descentralização. Cabe, contudo, levar-se em consideração que se a descentralização total leva a romper a própria noção de Estado, existe também a utopia de uma descentralização total do Estado moderno, que possui uma vasta complexidade de funções e finalidades que conduzem a que todos os ordenamentos sejam em parte centralizados e em parte descentralizados, não existindo um sistema político-administrativo que seja orientado num ou noutro sentido (Bobbio, 1986).

Segundo Amaral (1998:698), a descentralização tem de ser submetida a certos limites, ou seja não pode ser ilimitado. A descentralização ilimitado degenera rapidamente no caos administrativa para desagregação do estado, além de que provocaria com certeza a apelo a legalidade, a boa administração e aos direitos dos particulares. Por isso á necessidade de impor limite a descentralização.

De acordo com Amaral (1998:694),

“mesmo que nos encontremos no quadro de um sistema juridicamente descentralizado, dir-se-á que há centralização, sob o ponto de vista político-administrativo, quando os órgãos das autarquias locais sejam livremente nomeados e demitidos pelos órgãos do Estado, quando devam obediência ao partido único ou quando se encontrem sujeitos a formas particularmente intensas de tutela administrativa, designadamente a uma ampla tutela de mérito”.

1.3 Metodologia do trabalho

Para a realização deste estudo utilizou-se uma metodologia com enfoque qualitativo e de carácter exploratório. Assim, para além da pesquisa documental, nomeadamente livros e revistas especializados, *sites*, documentos jurídicos e de gestão, relatórios e estudos de consultoria, fez-se a análise de entrevistas aplicados aos sujeitos de pesquisa que decorreu desde o mês de Março de 2011 até Dezembro de 2013. As consultas foram feitas aos especialistas para obtenção de informação e responsáveis central e local, bem como das ANMCV, AMS e DGC.

Para coleta de informações foi utilizado a técnica de entrevista para poder conhecer as opiniões de alguns responsáveis das instituições que atuam na avaliação dos ODM e também usou-se análise documental.

- 1.º Elaboração do projeto
- 2.º Realização da pesquisa de Março de 2011
3. Consultas feitas aos especialistas para a obtenção de informação e responsáveis central e local, bem como das ANMCV e AMS.

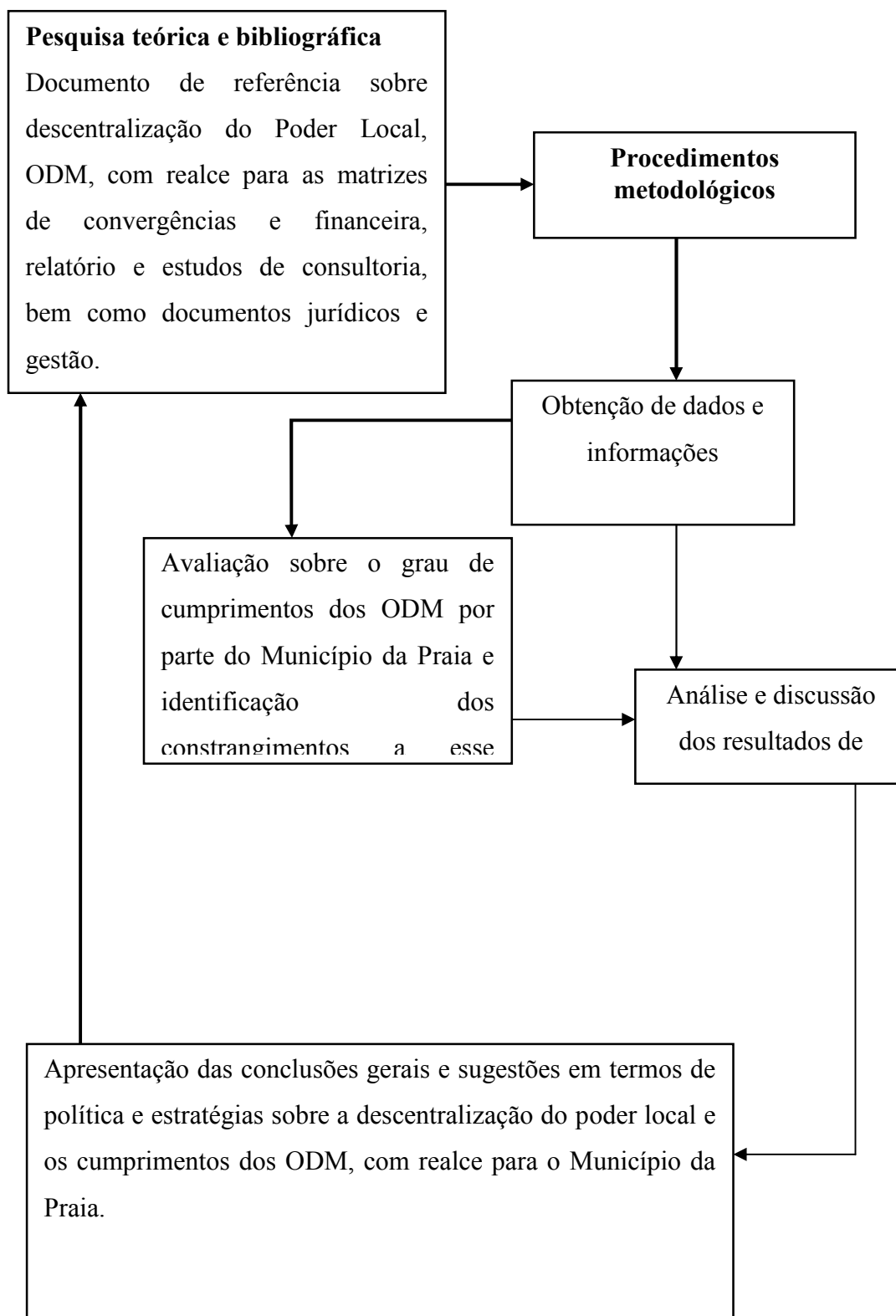


Figura 1: Esquema metodológico

Fonte: Elaboração própria (2013)

Capítulo 2: Descentralização e autonomia do poder local em Cabo Verde

2.0. Breves considerações

Neste capítulo apresentou-se o historial sobre a descentralização e autonomia do poder local, os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio e resultados conseguidos e as considerações finais.

2.1. Historial sobre a descentralização e autonomia do poder local

Da descoberta das ilhas, em 1460, à 1975, a dominação colonial foi caracterizada, primeiro, por uma sociedade escravocrata e, a partir de 1838, por uma colónia de serviços. É neste último período que, em 1933, se deu a consagração jurídica das autarquias locais pelo Decreto-Lei 23.229, de 15 de Novembro de 1933, enquanto órgãos de administração e gestão de interesses dos Concelhos. Esta situação não se efetivou, sobretudo por manifesta falta de vontade política e pela implantação do estado novo em 1935 e a reforma administrativa ultramarina que cola a figura do presidente da câmara à do 4.º administrador do concelho, o qual, até a independência nacional, acumula nomeadamente as funções judicial, de registo civil e de polícia. No decorrer da sua constituição social, Cabo Verde não conheceu formas de organização e gestão endógenas, habilitadas a desempenhar as funções de poder, salvo determinadas formas de solidariedade social, em particular, no meio rural, ou seja, não houve nem descentralização, nem poder local, nem participação.

Após o 25 de Abril de 1974, em Portugal e, na sequência dos acordos entre o governo Português e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, foi instalado o governo de transição incumbido de assegurar as condições políticas e administrativas que conduziram à proclamação da independência nacional a 5 de Julho de 1975.

De 1981 à 1985, o programa do governo consagra o poder local como poder político, devendo os seus órgãos ser eleitos democraticamente, impondo ao estado o dever de apoiar a acção das colectividades territoriais descentralizadas e dotadas de autonomia. O programa do governo, para 1986/1990, realça a necessidade de aplicação progressiva da descentralização, sendo tomadas medidas de carácter legislativo, em matéria do poder local, com destaque para a Lei de bases das autarquias locais evidenciada pela Lei 47/III/89, a Lei eleitoral municipal definida pela Lei 48/III/89, a Lei da organização e funcionamento da administração Municipal consagrada pelo Decreto-Lei 52-A/90 e a lei das finanças locais estabelecida no Decreto-Lei 101/90.

A república de Cabo Verde é constituída por 22 (vinte e duas) circunscrições denominadas de concelhos, cujas áreas de jurisdição correspondem as municipalidades, e 31 freguesias. A actual divisão político-administrativa é, no essencial, a mesma herdada do período colonial, salvo o facto do número de concelhos, único nível de administração local, que passou de 13 em 1975, para 17 e 22, em 2000 e 2005, respectivamente.

2.2. Objetivos do desenvolvimento do Milénio e resultados conseguidos

Cabo Verde aceitou o desafio lançado pela ONU, e desde então tem vindo a consolidar, desenvolver e implementar um conjunto de ações estratégicas, que lhe permitirá em 2015 estar confortável em relação ao cumprimento dos ODM, prevendo que uma série de objectivos e metas seja realizado.

O conceito dos ODM, integra oito objectivos, onde são definidas, as prioridades em termos de elaboração e implementação de medidas de políticas sociais que visam sobretudo proporcionar às populações a garantia e o acesso aos serviços sociais básicos como a saúde, a educação, ao abastecimento de água e redes de saneamento, a igualdade entre os géneros e a conservação do meio ambiente.

Assim sendo, os 8 objectivos de desenvolvimento do milénio a ter a prioridade para a nação Cabo-verdiana até 2015 são:

- **Objectivo 1: diminuir a extrema pobreza e a fome**

Assim tendo como a meta nacional reduzir para metade, entre 1990 e 2015 a população com fome.

Os indicadores a terem prioridade são:

- percentagem da população a viver abaixo do limiar da pobreza;
- percentagem de crianças menores de 5 anos com mal nutrição;
- percentagem da população com insuficiência calórica;

As características demográficas do agregado familiar do país apontam para uma estrutura com uma chefia feminina em 44 para cada 100 casos e uma chefia masculina em 56 dos casos. A maioria da chefia masculina tem residência urbana ficando a chefia feminina a residir maioritariamente no meio rural. Em 2006 a chefia masculina do agregado familiar do país predominava nas duas áreas de residência. A população pobre apresenta uma estrutura com uma chefia feminina em 56% dos casos contra 44% masculina. (QUIBB, 2007) apud (Relatório ODM, 2008)

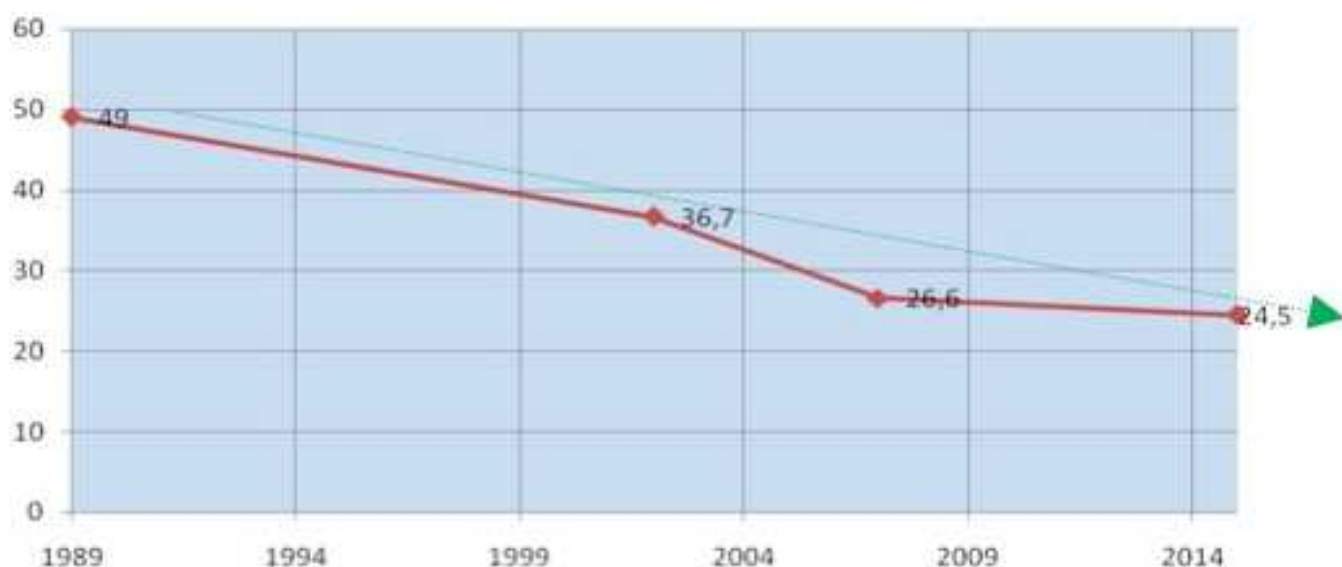


Gráfico 1: Percentagem da população pobre (1989/2015)

Fonte: INE, IDRF (2002/2003) e QUIBB (2007)

O número de pobres diminuiu de 163.200 ao tempo do IDRF2001/02 quando representava 36,7% da população residente, para 130.900 ao tempo do QUIBB2007 seja 26,6% da população. Seja um total de 32.300 pessoas foram retiradas da pobreza num intervalo de cinco anos. Essa diminuição foi mais acentuada no meio urbano do que no meio rural. As desigualdades entre os pobres também diminuíram nesse período. Contudo ainda os agregados mais pobres continuam a viver no meio rural. Assim, a repartição dos pobres segundo o local de residência aponta para 72% no meio rural (63% em 2001/2002) e 28% no meio urbano (37% em 2007). Os pobres rurais têm na agricultura a sua fonte principal de subsistência⁷.

A incidência da pobreza continua mais acentuada entre os agregados de prole numerosa (5 e mais elementos) e entre as famílias chefiadas por mulheres uma vez que a percentagem da população pobre segundo o sexo do chefe do agregado é 33%, cerca de 12% mais elevada que para o caso masculino. A idade da chefia é também importante porquanto cerca de 60% dos agregados familiares pobres são chefiados por adultos com idade igual ou superior a 50 anos. O grau de instrução do chefe é um factor importante de pobreza⁸.

Em Cabo Verde a fome não é um fenómeno de massa pelo que verdadeiramente se deve falar de insegurança alimentar (IA) e não de fome. A IA é de natureza estrutural e resulta de limitações agro-ecológicas agravadas por fenómenos de seca e desertificação e por atuação humana ofensiva sobre o ambiente.

A má nutrição crónica em crianças cabo-verdianas menores de 5 anos afecta 14,5% dessa população. A população rural é ligeiramente mais afectada, sendo a má nutrição aguda na mesma faixa etária fica abaixo da metade desse valor. 6,4% a nível nacional, 6,5% no meio urbano e 6,3% no meio rural. Em 2006, cerca de 8% das crianças menores de 5 anos apresentavam insuficiência ponderal sem contudo serem expressivas as diferenças entre os meios de residência e sexo. A insuficiência ponderal tem maior incidência nas crianças masculinas de 1-2 anos (10%) e nas femininas de 3 anos (12%). Cerca de 1 têm atraso de

⁷Governo de Cabo verde & Nações Unidas, Relatório dos progressos Realizado para atingir o ODM, Foco Municipal (2007-2008), Cabo Verde, 2009

⁸ Idem

crescimento, a situação tanto no meio rural como no meio urbano melhorou em 2007 (10%; 7,5%) comparada com a de 2006 (13%; 9%)⁹.

Os eixos estratégicos de intervenção são a integração da segurança alimentar nas políticas sectoriais, salvaguardando a vertente descentralizada, como factor catalisador da participação dos diferentes atores, desenvolvimento e modernização tecnológica do sistema (agro-silvo-pecuário e pesca artesanal) de produção de bens alimentares, garantia da disponibilidade, estabilidade e sustentabilidade da oferta alimentar, melhoria do sistema de prevenção e de gestão das crises alimentares, promoção da segurança sanitária e a qualidade dos produtos alimentares e da água, através da educação nutricional e ambiental.

- **Objectivo 2: alcançar o ensino primário universal**

Assim tendo como a meta nacional proporcionar a todas as crianças os meios de finalizar os estudos primários.

Os indicadores a terem prioridade são:

- Taxa líquida de escolarização no ensino primário;
- Proporção de crianças em idade escolar começando o primeiro ano de estudo;
- Ensino primário e terminando o sexto; e
- Taxa de alfabetização dos 15 a 24.

Cabo Verde assumiu, desde a Independência em 1975, a educação como uma prioridade nacional, tendo investido de forma integrada em vários sectores para propiciar o acesso ao ensino a todas as crianças do país. Assim, investimentos foram feitos no sector da educação como por exemplo na construção de escolas, formação de professores, e outros sectores, que direta ou indiretamente influenciavam a frequência e/ou permanência das crianças nas escolas, como abastecimento de água, saúde e nutrição, foram objecto de profunda transformação e cujos resultados têm consequências na educação, permitindo assim que as crianças e as famílias tenham mais tempo dedicado para a sua formação/educação.

⁹Governo de Cabo verde & Nações Unidas, Relatório dos progressos Realizado para atingir o ODM, Foco Municipal (2007-2008), Cabo Verde, 2009

Por causa disso, a proporção de crianças (particularmente meninas) em idade escolar no primeiro ano de estudo no ensino primário aumentou substancialmente.

A expansão e melhoria da electrificação e abastecimento em água potável às populações e a introdução do gás butano na confecção de alimentos, a expansão da oferta de estabelecimentos de ensino (no meio rural em particular) são factores importantes desta conquista. A maior facilidade de acesso à eletricidade, gás e água tem permitido a muitas mulheres e crianças aligeirar o fardo da tarefa de recolha de água e material de combustão.

O acesso à eletricidade beneficiava 50% dos agregados familiares aquando do censo populacional e de habitação de 2000 tendo catapultado para 59% segundo os resultados do IDRF2001/2002 para atingir 70% em 2006 e 74% em 2007 (dados do QUIBB desses anos). Os estabelecimentos de ensino, pré-escolar e básico, estão mais próximos dos assentamentos humanos e a maioria (80%) dos/das estudantes percorre uma distância de menos de 15 minutos entre a sua residência e o estabelecimento escolar independentemente do meio de transporte utilizado. (Relatório ODM, 2008)

Agora os estudantes residentes no meio rural estão mais próximos de um estabelecimento de ensino. Outro factor importante é a oferta de uma refeição quente nos estabelecimentos de ensino aos estudantes. Assim, progressos substanciais foram alcançados em matéria de escolarização da população do ensino primário básico.

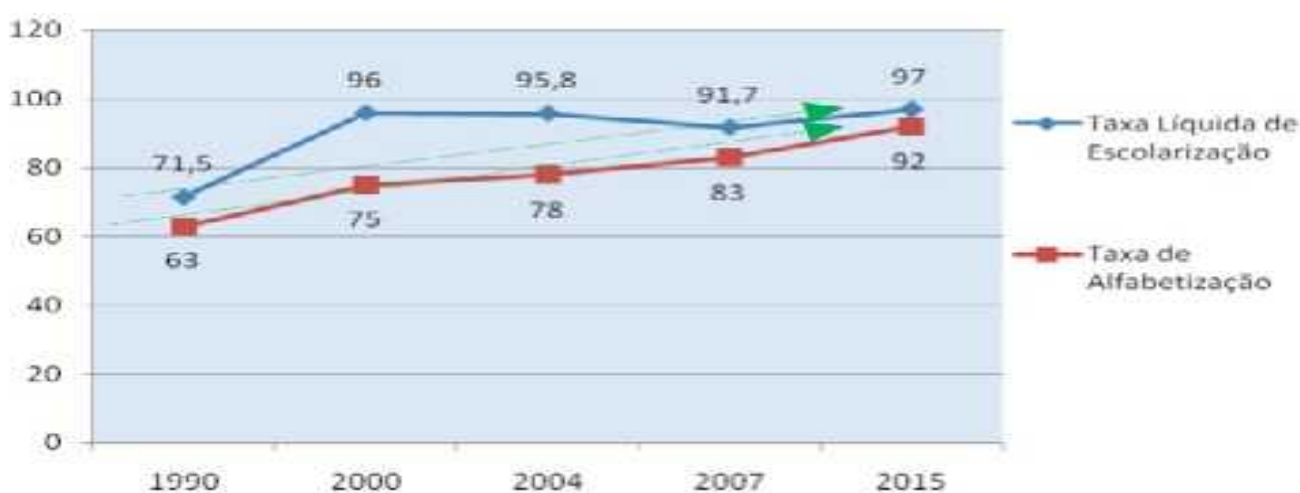


Gráfico 2: Evolução da taxa de escolarização e de alfabetização (1990/2015)

Fonte: MEES, 2008

Os eixos estratégicos de intervenção são a oferta de um ensino de qualidade e conseguir integração sistémica acrescida a nível nacional e municipal dos subsistemas escolares (primário, secundário e superior), garantia de sustentabilidade do sistema e interligação do ensino e formação ao mercado de trabalho, qualificação dos docentes (do ensino primário) particularmente nos municípios menos favorecidos, intensificação e focalização dos programas de pós-alfabetização de jovens e adultos em atividades geradoras de emprego e rendimento, inserido na estratégia nacional de redução da pobreza, através de formação profissional dos adolescentes e jovens, advoga-se uma abordagem de intervenção que privilegie os municípios (rurais) carentes de recursos de educação;

- **Objectivo 3: promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres**

Assim tendo como a meta nacional eliminar a disparidade entre os sexos em todos os níveis de ensino até 2015.

Indicadores a terem prioridade:

- rácio raparigas/rapazes no ensino primário, secundário e superior;
- taxa de alfabetização de mulheres de 15 a 24 anos em relação a homens;
- proporção de assentos ocupada por mulheres no parlamento nacional;

O processo de desenvolvimento de Cabo Verde, passa sem duvida pelos ganhos políticos, económicos e sociais. Assim, a dimensão género foi desde cedo assumida pelos diferentes governos, que optaram pela integração da abordagem género, demonstrando deste modo uma clara percepção da importância que este assume na dinâmica global de desenvolvimento que passa pelas dinâmicas das relações sociais entre homens e mulheres na sociedade cabo-verdiana, condição para a sua transformação na perspectiva da equidade.

Apesar dos avanços registados pelo país, ainda persistem diferenças substanciais quanto à igualdade de oportunidades. Por exemplo, não obstante a evolução da participação da mulher nas ações de carácter político, a nível económico e a nível da Violência contra as mulheres, estes vêm sendo mencionados como áreas que merecem alguma atenção especial é de se

reconhecer igualmente o avanços em matéria de legislação e de mecanismos e instrumentos inibidores da perpetuação dessas desigualdades.

Cabo Verde é citado como um dos países da sub-região que já atingiu o Objectivo 3. O índice de alfabetização, entre as mulheres era de 71,9%, enquanto que entre os homens era de 86,5%. No que respeita a taxa líquida de escolarização no ensino obrigatório de 6 anos de escolaridade, no meio urbano é de 88% para os rapazes e 89% para as raparigas, enquanto que no meio rural é de 90% para os rapazes e 87% para as raparigas. (QUIBB 2006) *apud* (Relatório ODM, 2008)

No Ensino Secundário, no meio urbano, a taxa de escolarização é de 82% para os rapazes e 89% para as raparigas, e no meio rural é de 77% para os rapazes e 81% para as raparigas.

Os eixos estratégico de intervenção, empoderamento político, social e económico das mulheres, no combate à violência contra as mulheres e na educação assente num novo paradigma das relações de género, concentração das ações de autonomização das mulheres nas chefes de famílias vulneráveis para capacitá-las e empoderá-las economicamente, para se libertarem das malhas da pobreza, integração da abordagem género de forma efetiva no processo de definição e implementação das políticas públicas, reforço da capacidade e transparência dos actos de planificação, sobretudo a nível local com a elaboração de Planos Municipais para Igualdade e Equidade de Género, combate à violência doméstica como elemento estratégico na política criminal e de promoção e educação em matéria dos direitos humanos e cidadania.

- **Objectivo 4: reduzir a mortalidade infantil**

Assim tendo como a meta nacional reduzir em dois terços entre 2000/2015 o índice de mortalidade de crianças menores de 5.

Indicadores a terem prioridade:

- taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos;
- taxa de mortalidade infantil, proporção de crianças de ano vacinadas contra o sarampo;

A oferta da prestação de cuidados de saúde aumentou e os estabelecimentos de saúde estão mais próximos dos cidadãos. Uma média de 75.7% dos agregados familiares estão a menos de 30 minutos de um centro de saúde sendo essa taxa maior na zona urbana 91.6%, que na rural

77.1%. A utilização dos serviços de saúde pela população é significativa tanto no meio urbano como rural e o nível de satisfação é bastante elevado. Os resultados mostram uma cobertura 97.5%, quase universal dos serviços do pré-natal a mulheres que deram à luz cerca de 87.3% das crianças menores de seis anos nasceram em estruturas de saúde, tendo o parto sido maioritariamente assistido por pessoal qualificado (QUIBB, 2007 *apud* Relatório ODM, 2008)

A mortalidade dos menores de cinco anos tem melhorado de forma continuada e sustentada nas últimas décadas. Entre 1990 a 2000, a taxa de mortalidade para menores de cinco anos caiu de 56‰ nados vivos em 1990, para cerca de 39‰ em 2000 e alcançou 25.7‰ nados vivos em 2007 (MS, 2006 *apud* Relatório ODM, 2008).

Os eixos estratégico de intervenção é a melhoria do acesso dos mais desfavorecidos às infra-estruturas de saúde, formação de técnicos de saúde e organização dos serviços para a melhoria do atendimento à saúde pré-natal, no parto e ao recém-nascido, reforço da sustentabilidade e continuidade do programa alargado de vacinação, reforço da sustentabilidade do programa saúde reprodutiva, melhoria e sustentabilidade do SIS, reforço do acesso em quantidade e qualidade dos mais pobres à água potável e ao saneamento, implementação da atenção integrada às doenças da infância;

- **Objectivo 5: melhorar a saúde materna**

Assim tendo como meta nacional reduzir em três quartos entre 2000/2015 o índice de mortalidade materna.

Indicadores a terem prioridade:

- taxa de mortalidade materna;
- proporção de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado;

Partindo do princípio que a meta a alcançar em 2015 em matéria de mortalidade materna é 17,3‰, o que equivale a aproximadamente três óbitos maternos em todo o arquipélago, o cenário atual no país regista uma taxa de mortalidade materna decrescente desde os anos 90 mas com oscilações importantes, tendo apresentado em 2007 uma taxa abaixo dos 4‰. Por exemplo, ela regrediu de 3.6/100.000 em 2002 para 13.6/100.000 em 2003, muito embora os

valores absolutos tenham mantido igual ou inferior a 5 óbitos por ano entre 2001 e 2007. (Relatório ODM, 2008)

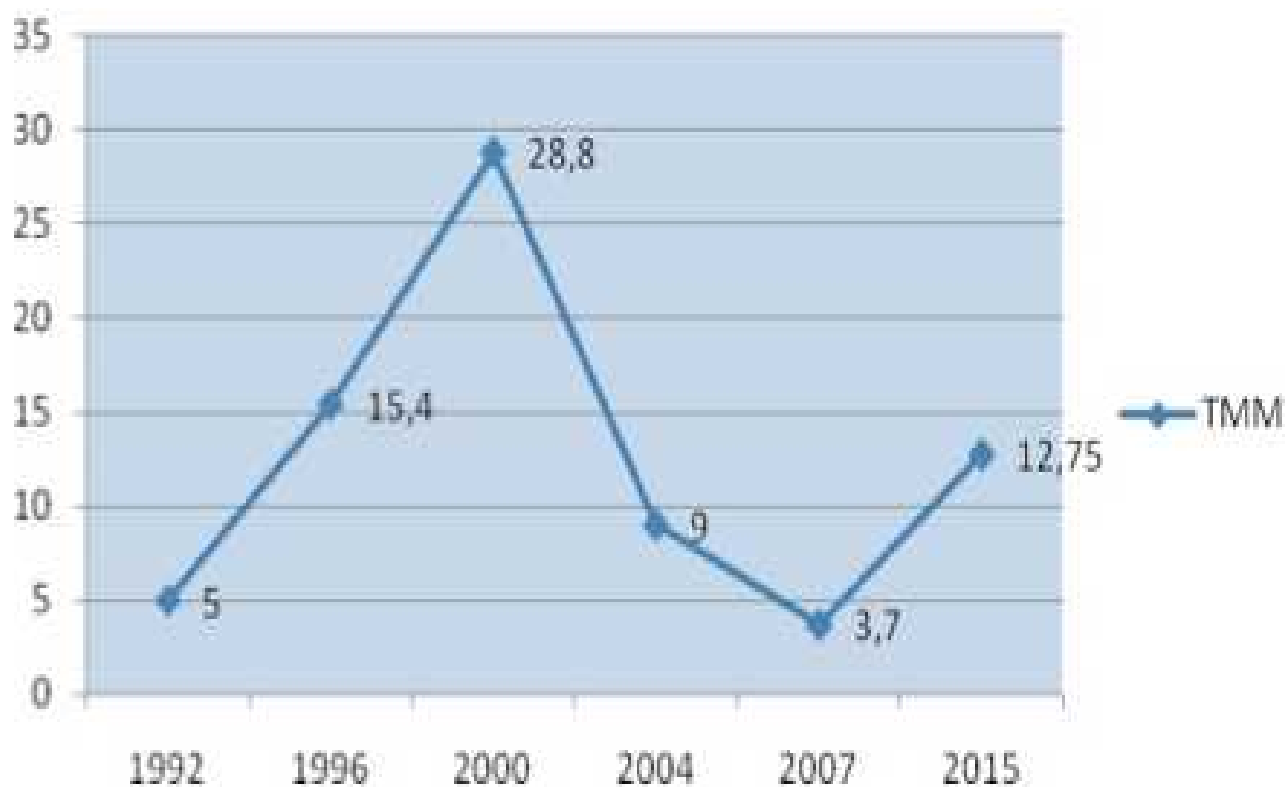


Gráfico 5: Evolução da taxa de mortalidade materna por 100.000 nados vivos (TMM)

Fonte: MS, Relatório estatístico 2007

Não obstante os valores observados apontarem para uma tendência de melhoria da atenção à saúde da mulher, afigura-se necessário criar rotinas de averiguações, com investigação das possíveis mortes maternas, de entre os óbitos ocorridos no grupo etário dos 15 aos 49 anos.

Causas obstétricas diretas como eclampsia e gravidez extra-uterina foram as principais responsáveis pela mortalidade materna em Cabo Verde em 2007. Procedimentos de “auditoria” das mortes maternas devem ser estabelecidos, com apoio técnico e financeiro da OMS. (Relatório ODM, 2008).

- **Objectivo 6: combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças.**

Tendo como a meta nacional parar e inverter até 2015 a propagação do VIH/ SIDA e começara a inverter a tendência presente, até 2015 ter controlado a malária e outras doenças e ter começado a inverter a tendência presente.

Indicadores a terem prioridade:

- taxa de prevalência do VIH entre as mulheres grávidas;
- número de crianças órfãs apoiadas;
- taxa de prevalência da malária e índice de mortalidade;
- taxa de prevalência da tuberculose e índice de mortalidade; e
- proporção de casos de tuberculose.

O primeiro caso de VIH/SIDA foi diagnosticado em 1985. Até 2007 foram notificados 2329 casos de infecção por VIH/SIDA, sendo 319 novos casos em 2008, que se traduzem numa taxa de prevalência de 0.8%. Mais de metade desses casos já evoluiu para a doença. (IDSR, 2005) *apud* (Relatório ODM, 2008)

Os casos diagnosticados nos serviços públicos de saúde representam metade dos casos estimados de infecção por VIH/SIDA na população em geral uma vez que a prevalência do VIH/SIDA era de 0,8%. Mesmo assim, a taxa de prevalência do VIH/SIDA no país é considerada baixa. (IDSR 2005) *apud* (Relatório ODM, 2008)

Mas o plano estratégico do sector (2006-2010) observa que há consenso que a probabilidade de extensão é muito elevada devido a comportamento de risco e ao nível socio-económico geral das populações. Os dados apontam para uma existência de diferenças significativas entre o meio

urbano (0,9%) e o rural (0,6%) e entre os sexos (1,1% entre os homens e 0,4% entre as mulheres). O VIH atinge de forma particular a população ativa; 62,8% dos seropositivos e 51% dos casos de

doença estão na faixa etária 20-34 anos. Igualmente a incidência do VIH na faixa etária dos 45-49 anos é acentuada. A nível insular, na ilha de Santiago há uma nítida concentração da seroprevalência na cidade da Praia, 2,6% dos homens e 0,8% das mulheres, enquanto que nos outros municípios de Santiago tal taxa se situa em 1,4% para os homens e 0,4% para as mulheres.

Os registos indiciam uma despistagem tardia da infecção e mais de metade dos casos já evoluíram para SIDA. (Relatório ODM, 2008)

Os eixos estratégico de intervenção, será essencialmente a execução de uma visão integrada na luta contra o VIH-SIDA, uma abordagem direccionada para trazer à luta os líderes políticos, comunitários e religiosos, criação e reforço de redes e associações implicadas na luta contra as VIH/SIDA, educação sexual dirigida aos adolescentes e pais, reforço da vigilância epidemiológica e reforço da rede nacional de laboratórios

- **Objectivo 7: assegurar um ambiente sustentável**

Assim tendo como a meta nacional integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a tendência atual de diminuição dos recursos naturais, reduzir para metade até 2015 a percentagem de pessoas sem acesso duradouro à água.

Indicadores a terem prioridade:

- percentagem da população com acesso sustentável a um sistema de abastecimento de água;
- percentagem de terras cobertas por florestas, áreas protegidas para manter a diversidade biológica, emissão de gases com efeito de estufa;

A gestão ambiental é um dos maiores desafios de Cabo Verde. Geograficamente situado numa zona de condições climáticas difíceis, e integrando a zona do Sahel, o país está sujeito a um clima árido e seco, com fraca pluviometria. Para além das questões naturais, o país enfrenta dificuldades relacionadas com o saneamento do meio ambiente, a gestão do lixo, a interligação entre a gestão dos recursos naturais e marinhos e a pobreza, entre outros. (Censo 2009)

Garantir a sustentabilidade ambiental tem sido parte da agenda dos sucessivos governos, passando a elemento chave das políticas públicas. O diagnóstico sobre o ambiente é sobejamente conhecido

e vem incorporado em vários documentos e estratégias que deram lugar a políticas e programas de conservação ambiental.

Não obstante as dificuldades, nota-se uma melhoria da oferta dos serviços de abastecimento de água nas mais diversas comunidades tem resultado uma rápida e sensível melhoria da saúde e das condições de vida das pessoas e comunidades, tal como indicada pelo controlo e prevenção de

doenças e proteção ambiental. A população com acesso à água potável passou de 42% em 1990, para cerca de 82% em 2005, e 89.5% em 2007. (Relatório ODM, 2008)

Em Cabo Verde o eixo estratégico de intervenção é sobretudo no abastecimento contínuo e necessário em água às famílias pobres, sobretudo as das áreas áridas e semi-áridas, a água como um recurso natural mas também económico e social, acesso aos serviços de saneamento como princípio orientador do desenvolvimento do país criação de áreas protegidas, campanhas de “reflorestação” e programas de conservação dos solos e água ordenamento e manutenção florestal, atuação integrada e geograficamente delimitada pelas bacias hidrográficas;

- **Objectivo 8, estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento**

Assim tendo como a meta nacional tratar globalmente dos problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas de ordem nacional e internacionais adequadas de modo a tornar viável, formular e implementar estratégias nacionais permitindo aos jovens se encontrar uma ocupação decente e produtiva, negociar o acesso aos medicamentos e a preços acessíveis e tornar as novas tecnologias de informação e comunicação disponíveis a toda a população e os indicadores nacional é taxas de desemprego dos jovens com idade compreendida entre 15-24 anos por sexo e por ilhas, número de linhas telefónicas fixas, de telemóveis, de microcomputadores e internet por 100 habitantes.

Este objectivo consagra responsabilidades mútuas partilhadas entre países beneficiários e doadores na realização dos sete primeiros objectivos. O estabelecimento de parcerias mundiais para o desenvolvimento é a única forma de reduzir as enormes diferenças entre países ricos e países pobres, os países doadores já firmaram os seus engagements em cimeiras e fora como a Cimeira sobre o Financiamento do Desenvolvimento em Março de 2002 em Monterrey (México) e a cimeira mundial sobre o desenvolvimento sustentável de Joanesburgo em Setembro de 2002, e o fórum de alto nível sobre a eficácia da ajuda de Paris de Março de 2005. O país procura parcerias fortes com os países do norte e com um certo número de países do sul através da cooperação sul/sul para colmatar défices significativos de prestação de serviços de saúde, educação e oferta de infraestruturas de base necessários para superar os desafios de realização dos ODM (Relatório ODM, 2008).

Capítulo 3: Descentralização e o cumprimento dos ODM em Cabo Verde:

3.1.Caraterização do Município da Praia

3.1.1.Enquadramento geral

O Município da Praia, localiza-se na parte Sul da ilha de Santiago, com uma área de 102,0Km², e conta com o ilhéu de Santa Maria, possuindo cerca de 6 hectares (ha). Estende-se desde o nível do mar a cota de 435m de altitude na formação de Monte Vaca, ponto mais alto do Município, o núcleo central da cidade é o Platêau que foi criado como uma fortaleza protegida dos corsários no tempo colonial [Figura 2].



Figura 1: Vista Aérea sobre o Concelho da Praia

Fonte: Câmara Municipal da Praia (2008).

Antes da década de 70, o conselho da Praia albergava 7 freguesias, passando para 5 em 1971, com a criação do concelho de Santa Cruz, sendo este incluía as freguesias de São Lourenço dos Órgãos e São Tiago Maior. Com o Decreto-Lei nº26/IV/93, de 31 de dezembro, o concelho da Praia viu-se reduzido a três freguesias, ao se criar o município de São Domingos e as freguesias de Nossa Senhora da Luz e São Nicolau Tolentino.

Com a criação da Comissão Instaladora da Ribeira Grande de Santiago, deixaram de pertencer ao concelho da Praia, as freguesias do Santíssimo Nome de Jesus, com centro em Cidade Velha e a de São João Baptista, com centro em Chã de Igreja, enquanto sedes administrativas, conforme o estabelecido na Lei nº63/VI/2005 de 9 de maio, que cria o município de Ribeira Grande de Santiago.

As transformações verificadas na sociedade cabo-verdiana, a partir dos anos 90, repercutiram na esfera local, em particular pela consagração constitucional do princípio da descentralização e da autonomia financeira e administrativa das autarquias locais (CMP, 2009).

Em decorrência dessas mudanças a Câmara Municipal orienta a sua ação para que a Praia seja uma cidade inclusiva, com bons níveis de acessibilidade, mobilidade, segurança e qualidade dos transportes públicos; uma cidade sustentável, suportada, equilibrada com um bom nível de

integração social e urbana compartilhada por todos os cidadãos e assim explorar o seu potencial de desenvolvimento económico (CMP, 2009).

A sua missão é servir com qualidade os munícipes nos vários domínios de intervenção-urbanístico, social, cultural e económico devendo a Câmara Municipal ser uma instituição fortemente comprometida com o serviço público, próxima dos cidadãos e que se assume como promotora, facilitadora e articuladora do desenvolvimento local e mobilizadora das forças económicas, sociais e grupos de interesse para a criação de um ambiente favorável à atividade económica e à qualidade de vida e bem-estar dos munícipes (CMP, 2009).

A Câmara Municipal da Praia é a sede do Poder Legislativo Municipal, onde estão os representantes, vereadores eleitos pelo povo, e onde se realizam os debates de interesses da cidade. A sua função é de representar os interesses da cidade, elaborando projetos de leis que sejam de interesse da mesma, discutir os projetos, aprovando-os através de votação em plenário, e sendo os projetos de leis aprovados promovem a sua transformação em leis Municipais (CMP, 2009).

A Câmara Municipal possui três funções básicas. A primeira é a função legislativa, que consiste na elaboração das leis sobre matérias de competência exclusiva do Município (CMP, 2009).

A segunda função é a fiscalizadora, que tem por objetivo o exercício do controle da Administração local, principalmente quanto a execução orçamental e ao julgamento das contas apresentadas pelo Presidente. O controlo externo da Câmara Municipal é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado (CMP, 2009).

A terceira função da Câmara é a administrativa, a qual restringe-se à sua organização interna, ou seja, à estruturação organizacional, à organização de seu quadro de pessoal, à direção de seus serviços auxiliares e, principalmente, à elaboração de seu regime interno (CMP, 2009).

3.1.2.Dinâmica demográfica

Na Praia Urbana concentrava 94.048 residentes, em 2000, o que correspondia a 22% da população total do Arquipélago de Cabo Verde, constituindo assim no principal centro do país, tanto em termos políticos como económicos (INE, 2000).

Na qualidade de capital do país, e constituindo o principal polo de investimento, o município da Praia atrai pessoas de todos os quadrantes de Cabo Verde e do estrangeiro. Esta imigração progressiva e não controlada tem vindo a contribuir para o agravamento dos problemas urbanísticos da cidade, cujas infraestruturas e serviços não estão adequados à demanda, cada vez mais, crescente (INE, 2000).

O rápido crescimento demográfico em decorrência do êxodo rural, das migrações de outras ilhas e, mais recentemente da imigração proveniente da África Ocidental, conduziu a um crescimento urbano caótico, apresentando deficiência no planeamento e na gestão do uso do solo, com crescimento de construções clandestinas, num ambiente de grande défice de habitação sobretudo para as camadas mais pobres e de baixo rendimento, e forte pressão sobre as infraestruturas básicas de água, energia e saneamento (INE, 2000).

De acordo com o Censo de 2010, a população de Cabo Verde elevou-se a 491.575 habitantes (INE, 2010). De acordo com essa fonte quase totalidade da população recenseada era residente no momento censitário (96,5%). Ainda, no que diz respeito, os efetivos por género, os resultados mostram que não existe grande diferença entre os homens e as mulheres, com cerca de 50% para ambos os sexos. Por outro lado, nota-se grandes disparidades entre os dois meios de residência, com cerca de 62% da população a viver no meio urbano, contra cerca de 38% no meio rural.

A cidade da Praia acolhe cerca de um quarto da população de Cabo Verde, o que a transforma no maior centro urbano, com a maior concentração de quadros de nível médio e superior sendo ainda o maior centro académico do país (INE, 2010). Assim, com base nessa fonte a cidade da Praia tem tido um crescimento demográfico acentuado, (3%) e acima da média nacional, contra (1,2%) e regista-se a maior densidade populacional do país (INE, 2010).

No município da Praia, cerca de 75% da população empregada desempenha funções no ramo de atividade correspondente ao setor terciário, cerca de 46% está afeta a atividades económicas e 29% afeta a atividades sociais (INE, 2010).

A população ativa é da ordem de 52.792 indivíduos, sendo 53,7% de sexo masculino e 46,3% de sexo feminino. Essa população é mais jovem que a média nacional, cerca de 85% idade compreendida entre os 15 e 44 anos, criando condições de mão-de-obra potencial para a produção de bens e serviços (INE, 2010).

População inativa é de cerca de 28.268 habitantes, correspondendo a 28% do total dos inativos. Esta camada da população é também muito jovem, sendo 72% com idade compreendida entre os 15 e 44 anos (INE, 2010). Ainda a população desempregada com cerca de 92% idade compreendida entre 15 e 44 anos, o nível de instrução dos desempregados é superior aos empregados, sendo 48% com nível do secundário e 42% no EBI, existindo ainda indícios de desempregados com formação superior (4%). De notar ainda a existência de uma camada da população idosa desempregada, cerca de 1,1% (INE, 2010).

3.1.3.Dimensão territorial e ambiental

O território que, historicamente foi a Vila da Praia de Santa Maria e também o Planalto de Santa Maria da Vitória e toda a extensão através da qual se expandiu, dentro dos limites da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, constitui a Cidade da Praia, e atualmente o centro histórico ganhou vida cultural e turístico, viu melhorada a organização do comércio, particularmente do comércio informal (CMP¹⁰, 2012). Assim, de acordo com a Câmara Municipal da Praia:

- **O uso de solos**

A estrutura urbana da Praia teve início com a ocupação do núcleo central da cidade criado como uma fortaleza protegida dos corsários no tempo colonial, onde se encontra o Platêau. A cidade cresceu através de eixos de penetração, que a expandiram a lugares mais distantes. O padrão de uso e ocupação diferenciados caracteriza-se pela intensa verticalização nos bairros, diferentemente do restante da cidade. As novas áreas de expansão estão a se direcionar ao Norte e Sul, Leste, chegando

¹⁰ É a sigla da Câmara Municipal da Praia.

a ultrapassar as fronteiras da Praia em direção aos Municípios de Ribeira Grande de Santiago e de São Domingos, onde a estrutura urbana se diferencia, especialmente em relação à habitação, através de condomínios horizontais.

A procura por terreno para a construção de habitação na Praia é muito elevada e está fortemente condicionada pela reduzida disponibilidade de solo. Ainda, para albergar a atual população urbana do Município, segundo o Censo 2010, 127.826 habitantes, seria preciso que a Cidade da Praia

tivesse uma superfície de solo urbanizado aproximadamente de 533 ha (5,3 km²), valor este muito superior à área de ocupação (implantação) atual das edificações e que é de 3,8 km² para o Município e 3,6 km² para a Cidade.

O défice de solo urbanizado está intimamente ligado ao défice quantitativo de habitações, estimado em 16.679 habitações. Para além disso, a Praia regista um défice qualitativo (alojamentos inadequados) na ordem de 11.432 habitações.

- **A drenagem das águas pluviais**

A drenagem das águas pluviais apresenta-se como um dos principais problemas e desafios na cidade da Praia. As inundações têm sido um problema frequente nos períodos de chuvas, agravadas pela impermeabilização de solo, ocupação das encostas e ribeiras e de erosão intensa, dificultando-se assim a infiltração das águas das chuvas. A esse respeito houve varias intervenções de reabilitação, manutenção e estruturantes em matéria de drenagem de águas pluviais.

Foi implementado um plano de desobstrução de canais de drenagem que integra o plano de emergência do período das chuvas e que consiste na remoção e transporte de terras e lamas, desbastes e desassoreamentos e remoção do lixo acumulados nos canais. Ainda, contam-se vários muros de proteção na margem das ribeiras, muros de contenção e de proteção de habitações em diversos bairros e colocadas redes de vedação da ribeira na extensão de Safende e Vila Nova. No quadro do projeto de requalificação da encosta de Vila Nova, foram construídos canais de drenagem em quatro (4) sub-bacias, acompanhados de calcetamento e edificação de escadarias de acesso nas linhas de água.

Está-se em construção um canal principal de drenagem na zona de “Fonton”, sendo 200 metros já concluídos. Está em fase de conclusão o projeto de requalificação da encosta de Achadinha onde a componente drenagem de águas pluviais é importante.

- **A rede viária, mobilidade e transporte**

Vários investimentos foram feitos com impactos positivos na acessibilidade, qualidade da rede viária, saneamento e urbanização dos bairros, na circulação e as ligações inter-bairros e no interior dos mesmos, através da abertura e pavimentação de novas estradas, sinalização e construção de muros de contenção e proteção, concluídos 20km de calcetamentos, 4km de asfaltagens e 4.595m³

de muros de contenção e proteção. O setor dos transportes públicos rodoviários de passageiros no Município da Praia sofre dos efeitos da informalidade e da extralegalidade instalados nos serviços de táxis e de hiaces e da ineficiência do serviço de autocarros.

É de realçar que há problemas relacionados com: i) a regulação e a política tarifária; ii) com a forma descontrolada como se concediam licenças de táxis; iii) com a reduzida exigências e falta de rigor no cumprimento das leis e dos regulamentos e; iv) a deficiente fiscalização, complacência e cumplicidade das autoridades policiais, Esse problemas explicam, em grande parte, o ambiente institucional e operacional em que o setor se encontra enquadrado.

A Câmara Municipal da Praia lançou, em fevereiro de 2011, um concurso público para a concessão de exploração de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros para cinco blocos de linhas, construídas por 19 linhas a serem operadas por 101 autocarros, mediante um quadro de horários únicos fixados para todas as linhas.

Com a aprovação do Regulamento da atividade de Táxis onde se vai reforçar o princípio da intransmissibilidade da licença e os mecanismos do seu controlo, assim com o maior rigor na renovação da licença, definição de regras de fixação do contingente de táxis, estabelecimento do princípio do concurso público para a atribuição de licenças para o transporte em táxi, definição e instrução de normas que regulam as situações em que a licença pode ser suspensa e bem como fiscalização mais efetiva sobre as licenças, o uso de taxímetro, a habilitação do motorista, os regimes de estacionamento e a violação dos deveres do condutor.

Foram desenvolvidos, em parceria com a Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa (EMEL), estudos que permitiram constituir a Empresa de Mobilidade e Estacionamento da Praia, SA (EMEP), que tem como objeto a gestão do sistema global de mobilidade, acessibilidades, estacionamento e serviços associados e que exerce a sua atividade em regime de exploração de serviço público. Das atividades iniciais da EMEP foram instalados parquímetros no Platêau, gestão fiscalização e a construção de um parque de estacionamento em silos, estimado em cerca de 3 milhões de Euros financiados através de um consórcio bancário em regime *project finance*.

- **O saneamento do meio e áreas verde**

Tem vindo a verificar melhoria no saneamento do meio, devido ao um trabalho planeado e persistente com incidência na organização e funcionamento do serviço de recolha e sistema de

tratamento de lixo. Foi reforçada a recolha domiciliária do lixo nos bairros e nos estabelecimentos comerciais através da contratação de uma empresa privada, a agir. Foram feitas revisão da distribuição e turnos do pessoal de limpeza e regularização da sua carga horária, visando a melhoria da eficiência do serviço, as empreitadas regulares de limpeza das encostas, zonas baixas, valas e ribeiras, recorrendo tanto a empresas privadas, como a trabalhadores independentes, a recolha de carcaças de viaturas abandonadas, e as campanhas de demolição e fechamento de pardieiros, bem como destruição ou entupimento de tanques e fossas abandonadas.

É de frisar que contribuiu, para esse efeito, diversas intervenções de requalificação urbana nos bairros através de calcetamentos, muros de proteção e de contenção, proteção e arborização das encostas. Uma empresa intermunicipal de gestão de resíduos sólidos foi constituída (EIGRSS) que intervirá a nível dos municípios de Santiago. Um aterro sanitário está a ser construído nas proximidades de São Francisco para servir os municípios de Santiago. Estas intervenções estão enquadradas no projeto de gestão de resíduos sólidos de Santiago, financiado pela União Europeia (UE) no montante de 8,5 milhões de euros.

Aprovado, em junho de 2011, o regulamento de apoio financeiro às famílias carenciadas no Município da Praia para a construção da casa de banho e a criação de condições básicas para a higiene pessoal e evacuação através de disponibilidade de fossa séptica, sanita e autoclismo, lavatório e chuveiro.

Em 2008, dos 34 sanitários existentes, apenas 2 se encontravam funcionais. Construído um novo modelo de sanitário público com quiosque acoplado, a ser explorado por privados em regime de concessão, de forma a garantir condições de funcionalidade, segurança e higiene das instalações e um serviço útil aos utentes.

A cidade da Praia passou a contar com mais praças e mais espaços verdes. Ainda rotundas, ruas e separadores das vias passaram a ter um novo visual com a colocação de plantas ornamentais.

A praça Alexandre Albuquerque foi requalificada, construídas as praça da Ribeira, de Miradouro Monteagrarra (Achada S.Filipe), de Pedra Bica (ASA), de Ponta TAMBRA (Achadinha), de Miradouro da Subida Bomba (ASA). A praça Cruz de Papa ganhou uma esplanada/restaurante com melhores condições. Está em processo de construção a Praça Cruz Vermelha em Fazenda, e em processo de requalificação, estão as praças de Terra Branca, de Di Nô, de Eugénio Lima e de Achadinha Baixo.

Praia passou a dispôr de um Centro Municipal de Educação Ambiental no Parque 5 de Julho. Trata-se de um espaço ao serviço das escolas, das crianças, dos jovens e das famílias, o que poderá permitir uma forte intervenção com vista a consciencialização e interiorização de novos valores e práticas positivas relacionadas com o ambiente, o saneamento do meio e a cidadania responsável.

É de acrescentar que foi recuperada a segunda “casa padja” que estava em ruínas, e instalados os sistemas de produção de energia eólica-fotovoltaica para fornecer energia elétrica e de vídeo vigilância para garantir meios eletrónicos de segurança no Parque 5 de julho. O Centro Municipal de Educação Ambiental é dotado de material gráfico e multimédia e de unidade móvel (autocarro devidamente equipado) de Educação Ambiental.

3.1.4.Situação económica e financeira

Os municípios deverão dar passos significativos no sentido de aproveitar e acompanhar as novas tecnologias de informação e comunicação disponíveis, de modo a modernizar a gestão administrativa, financeira e patrimonial, de forma a reforçar a organização interna a simplificar os procedimentos e o relacionamento com os munícipes, o que requer exigência de modernização e capacitação de recursos humanos. Ainda a organização institucional do município deve sempre observar o planeamento como forma de se fazer uma gestão eficiente e eficaz (ANMCV, 2004).

O Município da Praia, pelo fato de ser a Capital do País, deve aproveitar as tecnologias e informações disponíveis no mercado, para poderem dar uma melhor resposta aos seus munícipes (ANMCV, 2004).

A economia do município da Praia é basicamente vocacionada para o setor de comércio e serviços, a partir de 1990 a Praia tem vindo a experimentar um processo de descentralização de atividades comerciais e de serviços (INE, 2010).

Existem várias indústrias de pequeno e médio porte, distribuídas pela Cidade, com realce para indústrias especializadas, de componentes eletrónicos, de confeções e vestuários, calçados, porcelana, transformações de pedra, embalagens, mobiliário e gráfica. Todas estas âncoras económicas tiveram papel fundamental na composição e expansão da estrutura da cidade (INE, 2010).

É de salientar que o Município da Praia tem potencial para melhorar, de forma substancial, a cobrança das receitas próprias, sobretudo do IUP que tem sido fraco, em 2009, quando comparado com o valor orçamentado. Não obstante uma menor dependência da administração central relativamente ao Fundo de Financiamento Municipal (FFM), constata-se que esse fundo representa cerca de 26.1% das receitas correntes previstas para 2010 (MDHOT, 2010).

A reorganização dos serviços de cobrança, a atualização do cadastro imobiliário, da base de dados dos contribuintes, a recuperação das dívidas dos contribuintes e a legalização de milhares de construções clandestinas, são medidas urgentes a serem implementadas pelo Município, tendo em vista o aumento das receitas próprias (MDHOT, 2010).

3.1.4.1. Orçamento da Câmara Municipal da Praia

De acordo com a Câmara Municipal da Praia (2011), um dos desafios que o Município enfrenta é a necessidade de se reforçar a capacidade de arrecadação de receitas próprias. Apesar da atual Lei das finanças locais prever um conjunto de possibilidades. Entretanto, muitos dos mecanismos previstos não tem sido suficientemente aplicados. Assim, a política fiscal municipal para 2011, em linha com as medidas encetadas em 2010, assenta nas seguintes prioridades:

- Continuação das ações de recuperação da dívida fiscal;
- Continuação com a avaliação do valor patrimonial dos imóveis e sua atualização;
- Reforço dos mecanismos de liquidação, cobrança dos impostos e taxas municipais, através de reestruturação e informatização dos serviços, informação aos contribuintes, relativamente às datas e procedimentos de pagamento dos impostos, facilitação e modernização dos sistemas de cobrança de impostos e taxas através de Internet e de balcões especializados de atendimento;
- Cobrança de taxas previstas no regime financeiro das autarquias locais, nomeadamente a taxa de antena parabólica, a taxa municipal direito de passagem e da publicidade; e
- Operacionalização e cobrança da taxa de extração de inerte e ocupação de espaço aéreo.

A seguir encontra-se a análise da execução orçamental, compreendendo as receitas realizadas em comparação com as despesas realizadas, tendo em consideração os exercícios de 2007 a 2011 [Quadro 3].

Quadro 1: Demonstrativo da execução orçamental no município da praia

| Especificação | Exercício 2007 | Exercício 2008 | Exercício 2009 | Exercício 2010 | Exercício 2011 |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Receitas orçadas | 1.493.418.943 | 1.678.607.224 | 2.314.739.819 | 2.879.306.999 | 3.124.656.976 |
| Receitas realizadas | 1.139.408.278 | 1.392.850.532 | 1.008.455.554 | 1.835.290.021 | 1.854.977.450 |
| Desvio de receitas | -354.010.665 | -285.756.692 | -1.306.284.265 | -1.044.016.978 | -1.269.679.526 |
| Despesas fixadas | 1.493.418.943 | 1.678.607.224 | 2.314.739.819 | 2.879.306.999 | 3.124.656.976 |
| Despesas realizadas | 1.121.557.578 | 1.339.373.530 | 1.057.153.278 | 1.438.686.090 | 1.573.426.322 |
| Desvio das despesas | -371.861.365 | -339.233.694 | -1.257.586.541 | -1.440.620.909 | -1.551.230.654 |
| Excedente | 17.850.700 | 53.477.002 | -48.697.724 | 396.603.931 | 281.551.128 |
| Grau de cobertura | 102% | 104% | 95% | 127% | 118% |

Fonte: Câmara Municipal da Praia (2011)

Analisando a execução orçamental de 2007 a 2011, no que respeita tanto às despesas como às receitas ficou, nos cinco anos apresentados muito aquém do estimado verificando-se que o desvio entre o orçado e o executado diminuiu ligeiramente em 2008, enquanto em 2009 teve um aumento e nos dois últimos anos 2010 e 2011 diminuiu ligeiramente em relação ao ano 2009.

De frisar que nos quatros exercícios as receitas cobradas foram suficientes para cobrir todas as despesas realizadas gerando assim, excedentes, exceto no ano 2009 que as receitas não cobriram as despesas e teve um saldo negativo. É de realçar que o contexto da execução orçamental de 2009 foi marcada por uma conjuntura macroeconómica difícil tanto a nível a externo como interna. Os impactos significativos da crise internacional traduziram no abrandamento da atividade económica a nível nacional, com especial incidência para o setor da construção civil. A crise internacional acabou também por afetar o andamento de projetos previstos tanto no quadro de geminação com Câmaras amigas como no das parcerias público privado como fundações e associações estrangeiras (CMP¹¹, 2009). Ainda nota-se que o grau de cobertura das despesas realizadas pelas receitas cobradas atingiu o valor elevado de 127% em 2010, em 2011 atingiu o valor de 118%, nos anos 2007 e 2008 atingiram o valor de 102% e 104% respetivamente, salvo em 2009 que teve o seu valor reduzido a 95% (CMP; 2011).

Os Gráficos 1 e 2 apresentam o comparativo, das receitas e das despesas orçadas e realizada no município da Praia, referente aos exercícios de 2007 à 2011.

¹¹ Conta gerência da Câmara Municipal da Praia referente ao ano económico de 2009

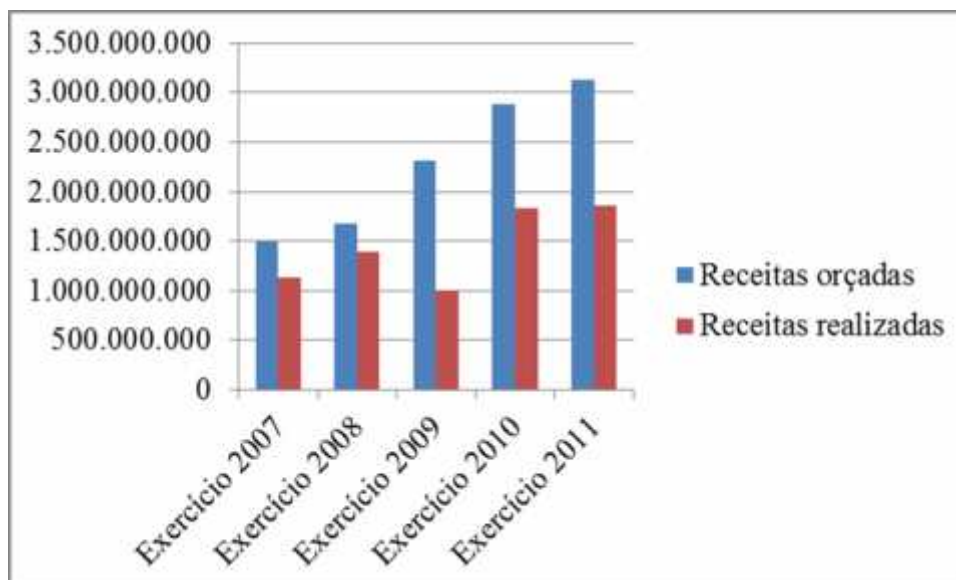


Gráfico 1: Comparativo das receitas orçadas e realizadas

Fonte: Câmara Municipal da Praia (2011)

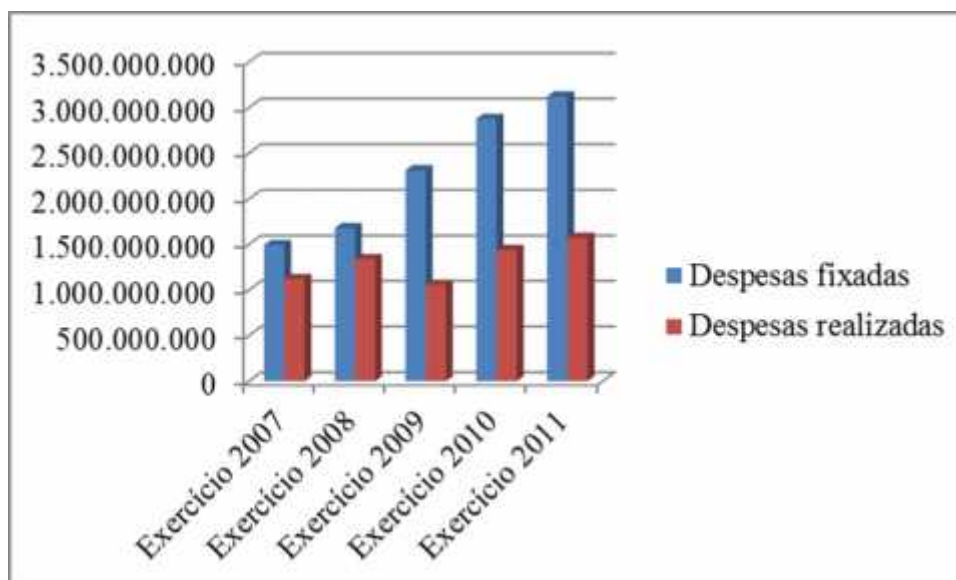


Gráfico 2: Comparativo das despesas fixadas e realizadas

Fonte: Câmara Municipal da Praia (2011)

Observa-se que nos exercícios em análise, ocorreram excedentes na previsão das receitas e das despesas, em relação a sua realização, exceto no ano 2009.

Observa-se ainda que no exercício de 2009 foi orçada uma receita de 2.314.739.819,00. No entanto, arrecadou-se apenas 1.008.455.554,00 já as despesas, foram orçadas em 2.314.739.819,00 e realizou-se 1.057.153.278,00, resultando num excedente de -48.697.724,00. Para os exercícios de 2007 e 2008, ocorreram excedentes no valor de 17.850.700,00 e 53.477.002,00 assim como, nos exercícios de 2010 e 2011 ocorreram excedentes no valor de 396.603.931,00 e 281.551.128,00 respetivamente, em relação as realizações. Tendo em conta a principal separação, do ponto de vista económico, entre receitas de capital e despesas corrente, que se aplica tanto à receita como à despesa, assim sendo nos Quadros 4 e 5 abaixo estão as análises referentes aos exercícios de 2007 a 2011 [Quadro 4].

Quadro 2: Comparativo dos desvios das receitas e despesas correntes

Fonte: Câmara Municipal da Praia (2011)

| Receitas Correntes | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---------------------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Orçado | 768.069.000,00 | 1.125.457.224,00 | 1.440.489.818,00 | 1.450.145.139,00 | 2.121.690.538,00 |
| Executado | 571.840.569,00 | 991.061.526,55 | 885.248.709,06 | 838.562.850,90 | 1.397.544.042,36 |
| Desvio das receitas | -196.228.431,00 | -134.395.697,45 | -555.241.108,94 | -611.582.288,10 | -724.146.495,64 |
| % | -26% | -12% | -39% | -42% | -34% |
| Despesas Correntes | | | | | |
| Orçado | 739.094.000,00 | 989.707.224,00 | 997.610.771,00 | 990.686.337,00 | 1.055.252.256,30 |
| Executado | 579.941.296,00 | 780.122.783,00 | 660.279.056,00 | 608.641.414,00 | 838.646.204,00 |
| Desvio das despesas | -159.152.704,00 | -209.584.441,00 | -337.331.715,00 | -382.044.923,00 | -216.606.052,30 |
| % | -22% | -21% | -34% | -39% | -21% |

Fonte: Câmara Municipal da Praia (2011)

Constata-se que em 2007 as receitas correntes executadas foram insuficientes para cobrir as despesas correntes executadas. No que concerne às despesas correntes em 2007 foram orçadas em 739.094.000\$00 e executado 579.941.296\$00. Houve um gasto bastante significativo, em relação ao previsto, isto é, um desvio de -22%. De 2008 á 2011, a Câmara Municipal da Praia arrecadou o suficiente para a realização das suas despesas, esta evolução significa que houve libertação de fundos

para o investimento. No entanto, o desvio das receitas correntes orçadas em relação com as executadas foi mais atenuado em 2008 com -12%, dada a uma execução orçamental dos primeiros quatro meses com peso fortemente eleitoralista o que levou à acumulação de saldos negativos em

várias rubricas do orçamento. Em 2010 foi o ano mais acentuado nos desvios tanto das receitas como das despesas, com -42%, resultantes da emissão de obrigações municipais destinados à construção do novo mercado da Praia, da contração de novos empréstimos juntos das instituições financeiras e da implementação de Gabinete de Cobrança Coerciva que permitiram um bom andamento das receitas [Quadro 4].

Quadro 3: Comparação dos desvios das receitas e despesas de capital

| Receitas de Capital | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|----------------------------|-----------------|-----------------|------------------|-------------------|-------------------|
| Orçamento | 542.017.943,00 | 553.150.000,00 | 874.250.000,00 | 1.225.924.020,00 | 965.928.725,00 |
| Executado | 372.743.739,00 | 401.789.006,00 | 123.206.845,00 | 804.691.024,00 | 433.717.544,00 |
| Desvio das receitas | -169.274.204,00 | -151.360.994,00 | -751.043.155,00 | -421.232.996,00 | -532.211.181,00 |
| % | -31% | -27% | -86% | -34% | -55% |
| Despesas de Capital | | | | | |
| Orçamento | 570.992.943,00 | 688.900.000,00 | 1.317.129.048,00 | 1.685.382.819,00 | 2.032.367.003,60 |
| Executado | 387.866.798,00 | 559.250.747,00 | 366.874.222,00 | 662.019.086,00 | 728.147.746,00 |
| Desvio das despesas | -183.126.145,00 | -129.649.253,00 | -950.254.826,00 | -1.023.363.733,00 | -1.304.219.257,60 |
| % | -32% | -19% | -72% | -61% | -64% |

Fonte: Câmara Municipal da Praia (2011)

Conforme se ilustra no Quadro 5, em relação às receitas de capital, em 2008 situaram-se em 401 mil contos cerca de 140 mil contos abaixo do orçado em 2007, houve um desvio no valor de -151 mil contos, ou seja, -27%. Para o mesmo ano, as despesas de capital atingiram um montante de 559 mil contos, o que representa um acréscimo 171 mil contos relativamente ao montante executado em 2007. Isto significa que no ano de 2008 a previsão do orçado não se afastou tanto da realidade.

No exercício de 2009, a previsão do orçado afastou muito da realidade e houve um desvio no valor de -751 mil contos, ou seja, -86%. O que significa que no ano de 2009 o executado foi o mais negativo em relação aos quatro anos analisados.

No exercício de 2010 e 2011, em relação às receitas em 2010 situaram-se em 805 mil contos, com um desvio de -421.232.996,00 ou seja -34%. Assim e para o mesmo ano, as despesas de capital atingiram o montante de 662 mil contos, o que representa um aumento de cerca de 295 mil contos relativamente ao 2009. Em relação às receitas em 2011, situaram-se em 434 mil contos, com um desvio de -532.211.181,00, ou seja -55%. Para o mesmo ano, as despesas de capital atingiram um montante de 728 mil contos, o que representa um aumento de cerca de 66 mil contos relativamente ao montante pago em 2010.

3.1.4.1.1. Receitas da Câmara Municipal da Praia

A análise e discussão das receitas do Município da Praia foram feitas de acordo com os dados da Conta de Gerência da Câmara Municipal da Praia, e com base no quadro, a esse respeito que se encontra na Tabela 1 em Anexo. Assim, o nível de execução das receitas é apresentado com base nos valores acumulados ao longo de cada ano face ao Orçamento (CMP, 2011).

No que diz respeito ao ano 2007 e 2008, as Transferências Correntes tiveram um aumento em relação ao ano 2008, o que levou a uma variação da execução de 16%, das receitas correntes como as outras receitas fiscais e taxas e preços públicos tiveram uma maior execução (CMP, 2008).

As variações das execuções das receitas totais do ano 2008 e 2009 em termos percentuais atingiram o valor de -29%. As receitas correntes nestes anos em relação as variações atingiram o montante de -142.405.538,19 milhares de contos isto porque em relação ao ano de 2008 houve uma diminuição de 713.132.371,36 milhares de em 2009, uma taxa das variações das execuções na ordem de -17% (CMP, 2009).

A maior taxa das variações das execuções das receitas comparativamente nestes dois anos foram nas rubricas: multas e outras penalidades, e vendas de bens e serviços correntes. No ano de 2008/2009 as variações nos impostos indiretos é cerca de -65.819.304,00 milhares de contos comparativamente ao previsto resulta da redução das transferências por parte do Estado dos impostos da taxa ecológica e imposto de incêndio (CMP, 2009).

As receitas de capital por seu turno acusaram uma execução em comparação com o ano anterior de -69%, traduzindo o comportamento das rubricas donativos e parcerias público privada e venda de ativos e empréstimos de médio e longo prazo que ficaram aquém do orçamentado (CMP, 2009). Isso porque a crise internacional, teve um impacto direto ao nível de arrecadação das receitas com ênfase particular para a diminuição substancial de vendas de bens de investimento em 2009 e o imposto único sobre o património (MDHOT, 2010).

Em relação ao ano de 2009 e 2010 comparando as variações das execuções das receitas, pode-se constatar uma execução das receitas totais em termos percentuais que atingiu o valor de 80,56%. As receitas correntes tiveram um aumento no ano de 2010, atingiram o montante de 855.482.850,90 milhares de contos, uma variação das execuções comparativamente com os dois anos na ordem de 17,59% (CMP, 2010).

Em termos da variação das execuções comparando o ano 2009 com 2010, pode ver que das rubricas das receitas que tiveram maior taxa foi, outras receitas correntes. De realçar que a variação nos impostos diretos em cerca de 43.457.623,90 milhares de contos comparativamente ao ano anterior deve-se em grande parte da cobrança coerciva, na medida em que o setor da construção civil, fonte principal da cobrança do IUP, apresentou segundo dados oficiais, sinais claros de estagnação (CMP, 2010), isso porque a cobrança tem sido fraco em 2009 quando comparado com o valor orçamentado (MDHOT, 2010).

Nos anos de 2010 e 2011, de acordo com o quadro das variações da execução as receitas totais atingiram o valor de 1% isto porque é comparado com os dois anos. As receitas correntes atingiram o montante de 542.061.191,46 milhares de contos, uma variação da execução na ordem de 63% (CMP, 2011).

A maior taxa da variação de execução das receitas foi nas rubricas: outras transferências correntes, vendas de bens e serviços correntes, e taxas e preços públicos. As receitas de capital acusaram uma variação de execução de 45%, traduzindo o comportamento da rubrica donativos (CMP, 2011). Com base nisso pode-se fazer uma análise separada das receitas:

✓ **Receitas correntes**

• **Imposto direto**

Em 2007, os impostos diretos tinham 144.064.038,00 milhares de contos o que leva a uma diminuição nos anos 2008,2009, e só em 2010 e 2011 consegue um aumento (CMP, 2012)¹².

• **Imposto indireto**

Esta rubrica esteve melhor só em 2008, com o valor de 105.349.782,00 milhares de contos, isto porque veio a oscilar o ano todo, e a sua taxa da variação da execução em relação ao ano 2010/2011 é de -24,54% (CMP, 2012).

• **Outras receitas fiscais**

Em 2007, o valor de 89.482.431,00 milhares de contos da rubrica outras receitas fiscais, vem diminuindo pouco a pouco mais em 2010 teve um aumento não muito significativo isto porque em 2011, houve uma diminuição de 11.687.641,00 milhares de contos (CMP, 2012).

• **Multas e outras penalidades**

Esta tem vindo a variar anos após anos, em 2009, houve um aumento de 10.939.418,00 milhares de contos, as taxas das variações da execução em 2009/2010 é de -45,45% (CMP, 2012).

• **Taxas e preços públicos**

Em 2008, teve um aumento de 136.141.406,70 milhares de contos, e em 2011 houve um aumento maior ainda de 157.990.792,14 milhares de contos (CMP, 2012).

• **Rendimento da propriedade**

Em 2007, o rendimento da propriedade era de 16.366.213,00 milhares de contos, cresceu para 23.911.919,00 milhares de contos em 2008, teve uma recaída em 2009 e por sua vez aumentou em

¹² **Contas gerências 2008, 2009, 2010, 2011**

2011, no valor de 45.689.648,69 milhares de contos, onde teve uma maior taxa da variação de execução 75,38% (CMP, 2012).

- **Transferências correntes**

Esta rubrica é uma das mais importantes, isso porque são as receitas com objetivo de financiar despesas correntes com apoio financeiro e os subsídios, com tudo vem aumentando anos após anos, em 2007, 264.332.923,00 milhares de contos e em 2011 cresceu 407.177.107,00 milhares

de contos e a maior taxa da variação de execução em termos comparativos foram nos anos de 2007/2008, 16,13% (CMP, 2012).

- **Vendas de bens e serviços corrente**

As vendas de bens e serviços correntes não vem no seu melhor pois em 2010 não tiveram qualquer saída em contrapartida em 2011 houve um auxílio no valor de 61.790.061,50 milhares de contos, e uma taxa da variação de execução 2010/2011 100% (CMP, 2012).

- **Outras receitas correntes**

Em 2007, 2009 e 2011 esta vem se diminuindo, em 2008 aumentou de 66.735.976,00 milhares de contos para 68.517.359,79 milhares de contos em 2010 (CMP, 2012).

- **Outras transferências**

Esta em termos da variação de execução, só manifestou em 2010 onde aumentou de forma significativamente passando de 16.920.000,00 milhares de contos para 424.609.973,00 milhares de contos, ainda em 2010/2011 tiveram a taxa da execução de 2409,52% (CMP, 2012).

- ✓ **Receitas de capital**

- **Administração central (contrato programa)**

Esta apareceu em 2010, e apresentou-se 14.445.386,00 milhares de contos e diminuiu em cerca de 4.950.000,00 milhares de contos em 2011 (CMP, 2012).

- **Plano ambiental**

Este teve em 2009 14.000.000,00 mil contos e no que diz respeito aos anos de 2007, 2008, 2010 e 2011 não aparecem valores (CMP, 2012).

- **Resto do mundo (donativos)**

Em 2009 aumentou passando de 40.027.277,00 milhares de contos para 70.008.784,00 milhares de contos em 2011, e houve uma diminuição em 2010, 39.615.309,00 milhares de contos, em 2008/2009 tiveram 100% da execução (CMP, 2012).

- **Vendas de ativos produzidos**

As vendas de ativos produzidos, em 2007 e 2008, foram de 371.634.748,00 milhares de contos e 401.789.006,00 milhares de contos, respetivamente as taxas das execuções são, em 2007/2008 18,42%, 2008/2009 -86,52%, 2009/2010 38,52%, e 2010/2011, -48,46% (CMP, 2012).

- **Empréstimos de médio longo prazo**

Os empréstimos de médio longo prazo é muito importante face as aplicações em investimentos, contudo em 2010 houve um aumento de 658.662.093,00 milhares de contos, tendo os anos 2009 e 2011 diminuindo (CMP, 2012).

- ✓ **Receitas contas de ordem**

As receitas contas de ordem de acordo com o Orçamento da Câmara Municipal da Praia podem ser:

- **Agência Distribuidora de Água (ADA)**

Em 2008, 2009, 2010, 58.244.401,00 milhares de contos, 59.798.037,00 milhares de contos e 60.460.020,00 milhares de contos, houve um aumento não muito significativo (CMP, 2012).

- **Serviço Municipal de Abastecimento Público (SEPAMP)**

Esta em 2008 aumentou de forma relevante passando de 77.277.216,00 milhares de contos para 108.491.000,00 milhares de contos em 2010 (CMP, 2012).

- **Receitas do Estado cobrado pelo município**

As receitas do Estado tem vindo a diminuir, a partir de 2008 teve 27.562.508,00 milhares de contos, aumentou em 2009 para 29.641.616,70 milhares de contos, mais desde então veio diminuindo (CMP, 2012).

3.4.1.1.2.Despesas do Município da Praia

As despesas desse Município têm sido ponderadas, e em conformidade com a política orçamental, tendo em consideração a qualificação das despesas públicas, primando-se pela sustentabilidade e

consolidação orçamental e financeira, apesar do aumento das despesas de funcionamento (CMP, 2011).

Tendo em consideração a crise internacional, com reflexos negativos em Cabo Verde, o Município da Praia tem vindo a fazer a contenção das despesas de funcionamento, com redução nas fontes de desperdício e de ineficiências e aumento de investimentos na execução do programa de governação (CMP, 2011).

A diminuição á prazo de recursos externos sob a forma concessionais, impõe ao orçamento desse Município, saldos correntes positivos crescentes, não só pela via do aumento de receitas, mas também, sobretudo, através da contenção de despesas de funcionamento e da melhoria da eficácia e eficiência na aplicação dos reduzidos recursos (CMP, 2011). Ainda pode-se falar em despesas de funcionamento de acordo com a Câmara Municipal da Praia:

✓ **Despesas de funcionamento**

As despesas de funcionamento têm vindo a evoluir positivamente, passando de 963.926 milhares de contos em 2007 para 1.146.196 milhares de contos em 2011, com destaque para o ano de 2010, com uma taxa de crescimento de 20%. Ainda, em 2008 e 2011 verificou-se uma diminuição em relação ao ano 2007 e 2010 de 4% e 7%, respetivamente. A estrutura orçamental têm vindo a diminuir. Em 2007 era de 65%, e em 2008 55%, 2009 45%, 2010 43% e 2011 37% (CMP, 2012).

- **Despesas correntes**

Em 2007 registou-se um aumento de 739.094 milhares de contos, para 1.065.252 milhares de contos em 2011. Em 2010 tiveram um aumento de 990.686 milhares de contos, com destaque para o ano 2010, com a taxa de crescimento de 21%. Em termos da estrutura orçamental, o ano que teve maior peso orçamental é o ano 2011 com 93% (CMP, 2012).

- **Despesas com o pessoal**

Constitui-se a rubrica das despesas de funcionamento. O peso, das mesmas, tem vindo a variar, passando de 34% em 2007, 46% em 2008, 38% em 2009, 29% em 2010 e um aumento de 48% em 2011 (CMP, 2012).

As despesas com o pessoal em 2007 ascendeu á 331.556 milhares de contos para 549.078 milhares de contos em 2011. Essa rubrica tem vindo a oscilar, isso porque no ano de 2009 teve uma taxa de crescimento negativa de 7% e em 2010 de 8%. Em 2011, aumentou a taxa de crescimento de 52%, o que se deve a implementação de novos serviços, nomeadamente, a guarda municipal, reforço de segurança por parte da guarda municipal e serviços de fiscalização (CMP, 2012).

- **Fornecimentos e serviços externos**

É uma rubrica que engloba os encargos do Município, de 2007 á 2010, registou-se aumento nos fornecimentos e serviços externos. Em 2007, houve um aumento de 95.602 milhares de contos para 133.469 milhares de contos em 2011. Ainda, em 2008 tiveram uma diminuição na taxa de crescimento de 28%. Em 2009, aumentou para 111%, quanto à estrutura, em 2007 ascendia a 10%

do total das despesas de funcionamento, situando em 2010 e 2011 em 12%. Exceto em 2009 com um aumento de 14% (CMP, 2012).

- **Aquisição de bens e serviços**

Em 2007 houve uma diminuição de 11.727 milhares de contos para 10.070 milhares de contos em 2008. De 2009 a 2010 voltou a diminuir de 25.386 milhares de contos para 19.643 milhares de contos. Em 2011 aumentou de 19.643 milhares de contos em 2010 para 65.497 milhares de contos em 2011, com destaque para o ano de 2011 com uma taxa de crescimento de 233%. Quanto a estrutura orçamental, há uma tendência para uma diminuição nos anos de 2008, 2009 e 2011, exceto no ano 2010 (CMP, 2012).

- **Juros e encargos da dívida**

Tem aumentado num ritmo superior ao total do orçamento de funcionamento. Em 2007, houve um aumento de 14.000 milhares de contos para 68.695 milhares de contos em 2011. Está rubrica vem-se aumentando nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010. Com o destaque em 2011 com a taxa de crescimento de 165%. Quanto à estrutura orçamental, este, vem aumentando de ano para ano. Em 2007, este, era de 1%, em 2008 2%, em 2009 2%, em 2010 5%, e em 2011 6% (CMP, 2012).

- **Transferências correntes**

Está rubrica vem se diminuindo nos anos, 2009 e 2011. Em 2007 aumentou de 17.232 milhares de contos para 101.000 milhares de contos em 2008, com destaque para o ano 2007 com taxa

de crescimento de 486%. Em termos da estrutura orçamental, a uma tendência para diminuição nos anos 2007, 2009, 2010 e 2011. Com destaque para o ano 2008 com 11% (CMP, 2012).

- **Prestações sociais**

Está rubrica abrange um conjunto de ações sociais (subsídio, donativos e outros subsídios diversos). Em 2009 houve uma diminuição de 25.966 milhares de contos para 12.339 milhares de contos em 2011. Em 2007 aumentou de 10.979 milhares de contos para 91.671 milhares de contos em 2008, com destaque para o ano 2007, com taxa de crescimento de 735%. Em termos do peso percentual, este, vem diminuindo de ano para o ano, sendo 11% em 2007, 10% em 2008, 1% em 2009, 2% em 2010 e 0% em 2011 (CMP, 2012).

- **Outras despesas correntes**

Este agrupamento abrange rubricas com montantes significativos. Em 2007, houve uma diminuição de 257.998 milhares de contos para 230.756 milhares de contos em 2011. Em 2009 aumentou de 193.000 milhares de contos em 2009 para 353.606 milhares de contos em 2010, com destaque para o ano 2008, com taxa de crescimento de 275%. Em termos da estrutura orçamental, o ano que teve maior peso percentual é o ano de 2010 com 29% (CMP, 2012), correspondem as despesas de natureza residual.

- **Despesas de capital**

Está rubrica tem vindo a variar anos após anos, isso porque em 2007 teve um valor de 41.500.000 milhares de contos, e em 2008 não houve um valor especificado, diminui em 2009 no montante de 37.629.048 milhares de contos, e passa a aumentar em 2010 para 50.000.000 milhares de contos, volta a diminuir, 43.906.028 milhares de contos em 2011 (CMP, 2012).

A Câmara Municipal da Praia classifica as despesas também em orgânica onde serão analisadas:

- **Classificação orgânica das despesas**

Sendo assim a classificação orgânica, constitui um conjunto de direções que integram dentro dos municípios, nomeadamente as Direções de Promoção de Investimento, dos recursos humanos, juventude, ambiente e saneamento, Urbanismo, economia finanças e património, proteção civil e

bombeiros, despesas comuns, contas de ordem, serviços da agência de distribuição da água (ADA) e serviço municipal de abastecimento público (SEPAMP). Assim, dentro da classificação orgânica, os setores de maior peso são: direção de economia finanças e património, direção de ambiente e saneamento, direção de proteção civil e bombeiros e direção de urbanismo (CMP, 2011).

A seguir, encontra-se as despesas de funcionamento da Câmara Municipal da Praia segundo a classificação orgânica, pelo que:

- **Direção de economia, finanças e património**

As áreas da economia, das finanças e do património têm vindo a crescer, passando de 113.259 milhares de contos para 159.411 milhares de contos em 2011. No ano 2011, houve uma diminuição

em relação ao ano anterior de 19% respetivamente. Em termos do peso percentual, tiveram uma ligeira diminuição, 8% em 2007, 7% em 2008, 6% 2009, 7% em 2010 e 5% em 2011 (CMP, 2011).

- **Direção de urbanismo**

Em 2007 está rubrica ascendia de 39.532 milhares de contos para 40.907 milhares de contos em 2011, com exceção no ano 2010. Com destaque para o ano 2007, com uma taxa de crescimento de 13%. Em termos da estrutura orçamental, houve uma ligeira diminuição em todos os anos (CMP, 2011).

- **Direção do ambiente e saneamento**

Esta direção absorve uma fatia importante do total das despesas de funcionamento do município. Está rubrica também vem seguindo uma trajetória de crescimento passado de 126.941 milhares de contos em 2007 para 174.701 milhares de contos em 2011, com exceção em 2010, com uma diminuição de 9%. Em 2011 foi o ano que teve maior taxa de crescimento com 28%. Quanto a estrutura orçamental, houve um ligeiro aumento nos anos 2007 e 2009 com peso de 8% e 9%, e depois estabilizou-se nos respetivos anos (CMP, 2011).

- **Direção de proteção civil e bombeiros**

Em 2007 houve um aumento de 42.328 milhares de contos para 66.116 milhares de contos em 2011. Com destaque para o ano 2007, com uma taxa de crescimento de 47%. Em relação a estrutura orçamental, houve um crescimento de 2% nos respetivos anos (CMP, 2011).

- **Despesas comuns**

Em 2007 houve uma diminuição de 255.129 milhares de contos para 234.726 milhares de contos em 2011, com exceção para o ano 2010, com a taxa de crescimento de 80%. Em termos da estrutura orçamental, 2007 é o ano que teve maior peso orçamental (CMP, 2011).

- **Contas de ordem**

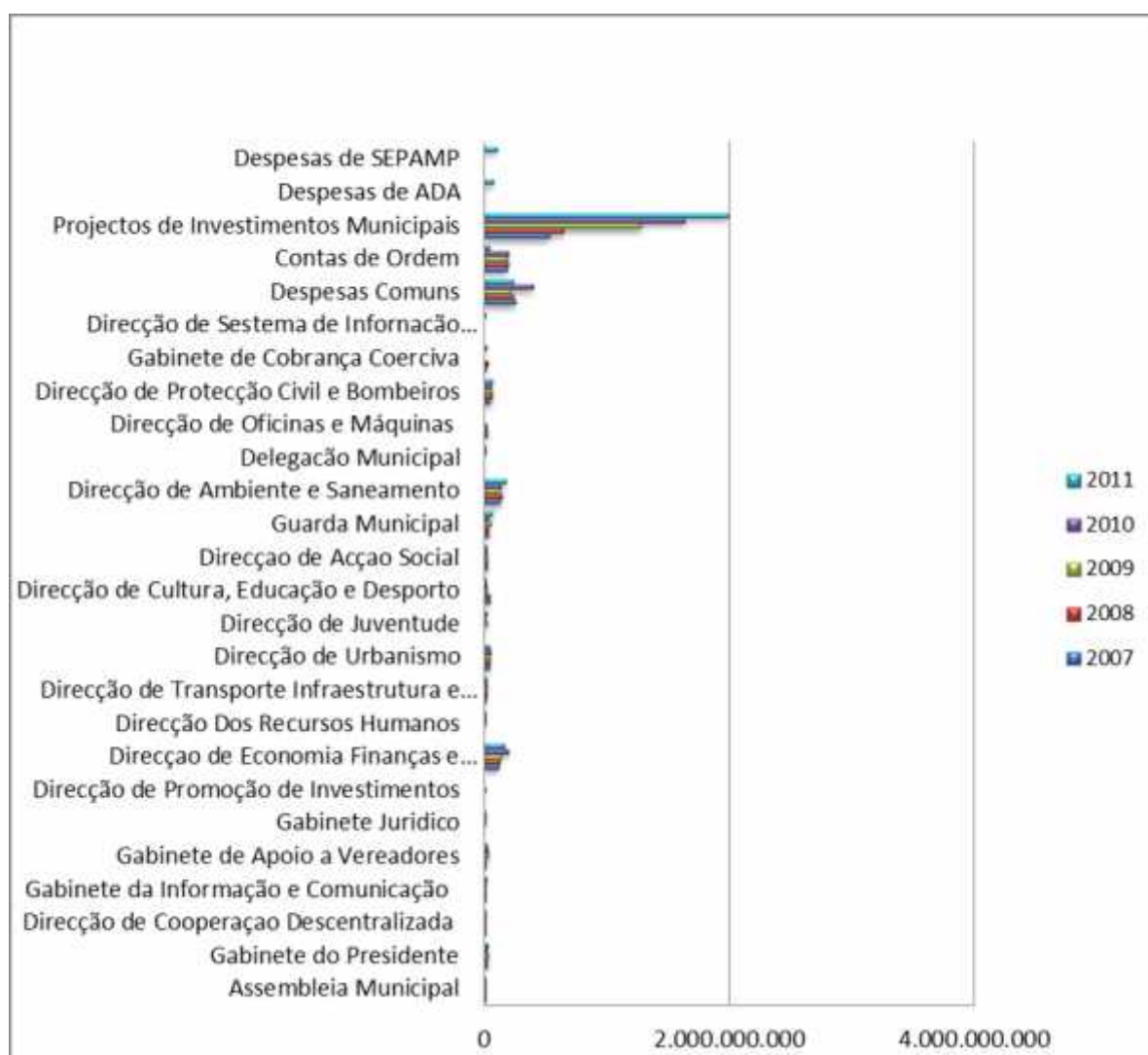
Em 2007 houve uma diminuição de 183.332 milhares de contos para 37.038 milhares de contos em 2011. Com exceção nos anos 2008 e 2010 com aumento de 5% e 10%. Quanto a estrutura orçamental, este, vem diminuindo de ano para ano, passando 12% em 2007, 11% em 2008, 8% em 2009, 7% em 2010 e 1% em 2011 do total das despesas de funcionamento (CMP, 2011).

- **Despesas da Agência de Distribuição de Água (ADA)**

Nos anos anteriores não obteve nenhuma percentagem das despesas de funcionamento, com exceção em 2010/11 com a taxa de crescimento de 68.611.919 milhares de contos e em 2011, uma percentagem de 2% do total das despesas de funcionamento (CMP, 2011).

- **Despesas do Serviço Municipal de Abastecimento Público (SEPAMP)**

Em 2010/11 a taxa de crescimento foi de 100.441.000 milhares de contos, e a percentagem de 2011 foi de 3% do total das despesas de funcionamento (CMP, 2011).



A Câmara Municipal da Praia classifica as despesas de investimento da seguinte forma:

➤ Despesas de investimento

As despesas de investimento constituem um conjunto de programas, subprogramas, projetos e atividades. As despesas de investimento têm seguido uma trajetória crescente em todos os anos, esses aumentos são derivados aos grandes investimentos que o município tem sido a implementar nas várias áreas, nomeadamente: área de saneamento, infraestruturas, requalificação urbana e habitação.

Segundo o programa do Governo de Cabo Verde para 2008/2012, o investimento assenta em três eixos:

- **Políticas urbanas de desenvolvimento**

Constitui um conjunto de programas que o município venha a implementar nos vários domínios nomeadamente promover a segurança, a autoridade municipal, a economia da cidade, a cultura e a inclusão social, resolver os problemas de saneamento e desenvolver o sistema de transportes urbanos e inter-urbanas (CMP, 2012).

- **Ordenamento do território municipal**

Visa reforçar a capacidade da CMP em termos de planeamento, regulamentação, fiscalização e ainda a requalificação urbana de forma a integrar os bairros e as ribeiras na normalidade do desenvolvimento urbano da cidade (CMP, 2012).

- **Gestão democrática e transparente**

Tem como principais objetivos assegurar a governação com transparência e em obediência aos princípios do primado Lei, colocar a Câmara Municipal mais próximo dos cidadãos e inserir a Praia na rede das principais capitais e cidades mundiais (CMP, 2012).

De acordo com as despesas de investimento por programa, de 2007 a 2011, o município desenvolveu vários programas e projetos de acordo com os eixos prioritários:

- **Infraestruturas desportivas**

Em 2007, houve um aumento de 50.000 milhares de contos para 139.870 milhares de contos em 2011, com exceção no ano 2010. Em 2007 aumentou de 50.000 milhares de contos para 155.473 milhares de contos em 2008, com o destaque para o ano 2007, com a taxa de crescimento de 211%. Este aumento é devido a construção de placas desportivas, construção de campo relvado, *fitness* parques, construção de parque radical e de apoios ao associativismo juvenil e a continuação dos apoios a atividades desportivas e aquisição de materiais de equipamentos desportivos a que os clubes dos bairros poderão ter acesso. Em relação á estrutura orçamental, este, vem diminuído de ano para ano, exceto o ano de 2009 com 21% (CMP, 2011).

- **Inserção social e animação cultural**

Em 2007, o projeto de investimento ascende de 30.000 milhares de contos para 258.650 milhares de contos em 2011, com destaque para o ano 2007, com a taxa de crescimento de 300%. Este aumento é devido a um conjunto de atividades que se realizaram nomeadamente nas festas dos municípios, nas festividades de Gamboa, na realização anualmente da gala da cultura e na realização das festas religiosa etc. Em termos percentual, 2008 é ano que teve maior peso percentual com 16% (CMP, 2011).

Na ação social, no desporto e na cultura, foram desenvolvidas várias atividades com a ativa participação das associações comunitárias, grupos, clubes, agentes culturais e desportivos e associações juvenis, foram incentivadas, dinamizadas e apoiadas atividades culturais através de grupos, associações e artistas nas áreas do artesanato, do teatro, da dança, do lançamento e publicação de livros e produção de discos (CMP, 2012).

- **Promoção e desenvolvimento social**

Em 2007 houve um aumento de 8.000 milhares de contos para 141.205 milhares de contos em 2011, com destaque para o ano 2008, com a taxa de crescimento de 652%. Este aumento é devido um conjunto de apoios sociais a infância, aos idosos, as crianças carenciadas e aos apoios nos transportes escolares. Em termos do peso percentual, o ano que teve maior peso percentual é ano 2010 com 15% (CMP, 2011).

A Câmara Municipal tem dirigido a sua intervenção nos domínios da educação pré-escolar, investindo na construção e reabilitação de jardins infantis, promovendo parcerias com jardins privados através da atribuição de subsídios para pagamento de propinas a crianças filhas de pais carenciados e várias atividades extra-escolares, e foram disponibilizados passes para o transporte escolar dos alunos pertencentes a famílias carenciadas, beneficiando mais de 200 alunos e ainda foram prestadas assistência à saúde a idosos na Delegação Municipal da Praia Oriental, com sede em Achada Grande Frente (CMP, 2012).

- **Boa governação**

Em 2007 houve um aumento de 46.500 milhares de contos para 94.324 milhares de contos em 2011, exceto, os anos 2008 e 2010. Com destaque para 2008, com a taxa de crescimento de 252%.

Em termos de peso percentual, 2009 é o ano que teve maior peso percentual com 11% (CMP, 2011).

- **Saúde pública e saneamento**

Em 2007, o projeto de investimento aumentou de 15.250 milhares de contos para 333.771 milhares de contos em 2011. Esse aumento é devido as melhorias nos serviços limpeza urbana, concretamente na recolha e tratamento de lixo, na fiscalização das condições higiene-sanitários dos locais de venda ao público, no sistema de abastecimento de água e rede de esgoto etc. Em 2008 aumentou de forma significativo passando de 34.500 milhares de contos para 222.000 milhares de contos em 2009, com destaque para o ano 2008, com a taxa de crescimento de 543%. Em termos do peso percentual, a uma tendência para um ligeiro aumento (CMP, 2011).

- **Requalificação urbana**

Trata-se da rubrica mais importante que representa mais de 25% do investimento. De 2007 a 2011, o projeto de investimento tem sido orientado para o aumento de 176.500 milhares de contos em 2007 para 475.640 milhares de contos em 2011 (CMP, 2012).

Seguiu uma trajetória crescente em 2008, 2009 e 2010, com a taxa de crescimento de 8%, 60% e 71%, com destaque para 2010 com a taxa de crescimento de 71%. O peso vem variando sendo 34% em 2007, 25% em 2008, 24 % em 2009, 32% em 2010 e 24% em 2011(CMP, 2012).

Os principais projetos deste programa incluem, a requalificação dos mirandouros de Diogo Gomes, e de Ténis, reabilitação dos passeios de Plateau, investimentos na rede viária (calçamentos e asfaltagens) no interior dos bairros e na inter-ligação entre os bairros, em redes de abastecimento de água e de esgotos que beneficiam um conjunto de bairros, em sistemas de drenagem de água pluviais, na reabilitação e construção de habitações degradadas e sociais, na reabilitação e construção de praças e pracetas em diversos bairros, na melhoria do saneamento dos bairros e em infraestruturas desportivas (placas desportivas, campos de futebol, polidesportivos, streetbasket, fitnessparks) em diversos bairros, requalificação dos restantes mercados municipais (CMP, 2012).

- **Economia e cidade**

Em 2009 houve um aumento de 42.500 milhares de contos para 437.000 milhares de contos em 2011. No ano de 2010 verificou-se a maior taxa de crescimento com 809%. Em relação do peso percentual, a um ligeiro aumento nos anos 2009 e 2010 com 3% e 24% (CMP, 2011).

Constitui um conjunto de programa que está dentro das políticas urbanas de desenvolvimento, pois, consiste no conjunto de medidas políticas, económica e social (CMP, 2011).

Bibliografia

- **Livros e revistas especializados**

Albarelo, Luc et al (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa:Gradiva Ed.

Amaral, Firme C. A. B. (1998). *Política orçamental: orientação, análise e sustentabilidade*. Lisboa: Editora Rei dos Livros.

Amaral, Freitas do – Curso de Direito Administrativo.2ª ed. Vol. 1, Coimbra. 2000.

Almeida, José R. N. e **Correia**, Alice P. (1999). *Manual de contabilidade das autarquias locais*. Lisboa: Editora Rei dos Livros.

Almeida, José R. N. e **Correia**, Alice P. (1997). *Manual de contabilidade das autarquias locais*. Lisboa: Editora Rei dos Livros.

Baraãno, A. M. (2008). *Métodos e técnicas de investigação em gestão. Manual de apoio á realização de trabalhos de investigação*. Lisboa: Edições Sílabo.

Bobbio, N – Dicionário de política. 2ª ed, Brasília: UNB, 1986

Cabral, Nazaré C. (2008). *Programação e decisão orçamental: da racionalidade das decisões orçamentais á racionalidade económica*. Lisboa: Almedina.

Caetano, Marcelo - Manual de Direito Administrativo, 10ª Edição. 7ª Reimpressão, Coimbra, 2001.

Carvalho, João B. C. (2009). *Os municípios Portugueses: análise financeira e cumprimento da lei das finanças locais. Direito regional e local*. Braga: CEJUR, 06 (7): 17-26, abril a junho.

Ceatano, Marcello (1970). *Manual de direito administrativo*. 9.ª Edição. Lisboa: Coimbra.

Carvalho, Joaquim (1990). *O processo orçamental das autarquias locais*. Coimbra: Almedina.

Carvalho, Joaquim (1996). *O processo orçamental das autarquias loca*. Coimbra: Almedina.

Denzin, N. K. e **Lincoln**. Y. S. (2006). *O planeamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.

Franco, Victor et all. (1997). *B.O. A. Gestão orçamental*. Lisboa.

Ketele, J. M, & Roegiers, X.- Metodologia da recolha de dados, Lisboa, Instituto Piaget, 1993.

Kornai, János (1971). *Anti-equilibrium*. Amesterdão: North Holland Publishing Company

Lamour, P., Qalo, R. - Decentralization in the South Pacific. Suva: University of the South Pacific, 1985.

Marshall, A. (1985). *Princípios da economia*. 2.^a edição. Vol. 2. São Paulo: Nova cultura.

Matus, Carlos (1993). *Política, planeamento e governo*. Brasília: Instituto de pesquisa economica aplicada.

Michel, Maria H. (2005). *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. São Paulo: Atlas.

Oliveira, J. A. (1991). *Princípios de gestão pública*. Lisboa: Editorial Presença.

Pereira, Manuel e Luís José G. (1986). *Autarquias locais, suas atribuições e competências dos respectivos orgãos*. Lisboa: Rei dos Livros

Pereira, Paulo T. et al. (2005). *Economia e finanças públicas*. Coimbra: Escola editora.

Pereira, Paulo Trigo. et all - Economia e Finanças Publica. Lisboa. 2005.

Pinto, Ana C. e Santos, Paula G. (2005). *Gestão orçamental pública*. Lisboa: Publisher Team.

Reigado, Marques F. (1983). *Introdução ao planeamento. Teorias e técnicas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Reis, Heraldo C. (1979). *Contabilidade municipal: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de administração municipal.

Ribeiro, José J. (1991). *Lições de finanças públicas*. 4.^a Edição refundida e atualizada. Coimbra: Coimbra editora.

Rocha, Joaquim F. (2009). *Direito financeiro local (Finanças Locais)*. Braga: CEJUR.

Rocha, J. A. Oliveira (1991). *Princípios de gestão pública*. Lisboa: Editorial Presença.

Rondinelli, D.A. et all - Decentralization in developing countries: a review of recent experiences, the World Bank, Washington D.C., 1984.

Silva, Antonio M. B. (2002). *Gestão financeira da administração pública central*. Lisboa: Áreas editora.

Smith, B.C., Decentralization: the territorial dimension of the state. London: George Allen &Unwin, 1985.

Santos, Clezio S. (2006). *Introdução á gestão pública*. Porto Alegre: Editora Saráiva

Sanches, Osvaldo M. (2004). *Dicionário de orçamento, planeamento e áreas afins*. 2.^a edição Atualizada e ampliada. Brasília: OMS.

Sousa, A. Franco (2008). *Finanças públicas e direito financeiro*. 4.^a edição,. volume I e II. 12^a

Reimpressão. Coimbra: Almedina.

Sousa, Franco (1991). *Finanças do sector público. Introdução aos subsectores institucionais*. Lisboa: AAFDL.

Sousa, Franco (1980). *Finanças públicas e direito financeiro*. Coimbra: Almedina.

Sousa, José Pedro Galvão de. et all - Dicionário de politica. São Paulo: TA.1998.

Sousa, Marcelo Rebelo – Lições do Direito Administrativo. Lisboa.1999.

Vasques, Sérgio (2008). *Regime das taxas locais. Introdução e comentários*. In Cadernos IDEFF, n.º 8. Coimbra: Almedina.

Veiga, Carlos Alberto – Descentralização: Conceito e Perspectivas, Cidade da Praia, 2007.

Zbyszewski, João P. (2006). *O financiamento das autarquias locais portuguesa. Um estudo sobre a provisão pública municipal*. Coimbra: Almedina..

- **Documentos de serviços**

Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV) (2004). *Agenda Autárquica (V Congresso)*. Praia: ANMCV.

Câmara Municipal da Praia - Esquema Estrutural do Plano Directos Municipais. 2º Versão, Cidade da Praia, 1998.

Câmara Municipal da Praia (2012). *Programa de governação para Cidade da Praia para o período 2012/2016*. Praia: CMP.

Câmara Municipal da Praia (2008). *Programa de governação para Cidade da Praia para o período 2008/2012*. Praia: CMP.

Instituto Nacional de Estatística, Senso 2000, cidade da praia, 2009.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2010). *Relatório de Resultados de Recenseamento Geral da População e Habitação 2010*. Cidade da Praia: INE.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2000). Senso 2000. Cidade da Praia: INE.

Ministério das Finanças Administração Pública (2008). *Documento de estratégia de crescimento e redução da pobreza II (2008/2011)*. Praia: Ministério das Finanças.

Assembleia Nacional (2009). *Proposta de Orçamento do Estado para 2010*. Praia: AN.

Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território (2010). *Estudo económico e financeiro dos Municípios de Cabo Verde (2002/2010)*. Praia: MDHOT.

Tabela classificativa atualizada de vendas de lotes de terrenos (2002). II série. Cidade da Praia.

- **Web site**

Câmara Municipal da Praia. Documentos sobre Orçamento e conta gerência (2007/2011). Disponível em: <<http://www.cmpraia.cv>. Acessado em julho de 2011>.

Câmara Municipal da Praia. Orgânica. 2009. Disponível em: <<http://www.cmpraia.cv>. Acessado em 2011>. Orçamento, conta gerência, plano de atividade, 2009/2012. Disponível em: <<http://www.cmpraia.cv>. Acessado em 2011>.

Ferreira, Paulo – Poder Local Como Factor de Sucesso em Cabo Verde, (s/d). Disponível em: (<http://www.forev.com/articles>), Consultado em 27 de Janeiro de 2010

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, Dados estatísticos, 2010. Disponível em: <<http://www.cmpraia.cv>. Acessado em julho 2010>.

Superintendencia de Organização e Atendimento da Rede Escolar- SUPEC- Secretariado da Educação, Estado da Baía. (<http://www.educacao.escolas.ba.gov.br/node/22>, consultado em 17 de agosto de 2010).

Legislação consultada

_____. Constituição da República de Cabo Verde, 4ª Edição, 2ª Revisão Ordinária de 2010.

_____. Constituição da República de Cabo Verde, Edição 2008.

_____. Constituição da República de Cabo Verde, Edição 2000.

_____. Constituição da República de Cabo Verde, Edição 1992.

ANMCV. Coletânea de Legislação Municipal Cabo-verdiana, 2ª Edição. 2010.

ANMCV. Coletânea de Legislação Municipal Cabo-verdiana, Edição 2004.

_____. Declaração de Assomada, Cidade de Assomada, 2009

_____. Declaração de São Filipe, Cidade da São Filipe, 2010.

_____. Deliberação nº 23/08 de 4 de dezembro de 2008, que aprova o Regulamento Orgânico da Câmara Municipal da Praia. Praia, 2008.

_____. Legislação Municipal Cabo-verdiana, 2ª Edição, 2010.

_____. Lei nº79/VI/2005, de 5 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais. Praia, 2005.

_____. Lei nº63/VI/2005, de 9 de maio, que cria o município da Ribeira Grande de Santiago. Praia, 2005.

_____. Decreto-Lei nº22/2000, de 22 de maio, que regula a transferência para as Câmaras Municipais as competências para a administração dos impostos municipais. Praia, 2000.

_____. Decreto-Lei nº5/99, de 1 de fevereiro, que regula o regime do sector do comércio. Praia, 1999.

_____. Decreto-Lei nº76/V/98 de 7 de dezembro, que estabelece o regime financeiro municipal. Praia, 1998

_____. Lei nº134/IV/95, de 3 de julho, que aprova o Estatuto dos Municípios. Praia, 1995.

_____. Lei nº135/IV/95, de 3 de Junho, que aprova o Estatuto dos Municípios B.O 21, Praia, 1995.

_____. Decreto-Lei nº68/94, de 5 de dezembro, que define a transferência de competência em matéria do transporte coletivo rodoviário. Praia, 1994.

_____. Lei nº84/IV/93, de 12 de julho, que estabelece a competência, organização e o funcionamento do tribunal de contas e o estatuto dos respetivos Juízes. Praia, 1993.

_____. Decreto-Lei nº52-A/90, 4 de julho, que define as regras orientadoras da organização e funcionamento dos Municípios. Praia, 1990.

_____. Lei nº51/II/85, de 10 de janeiro, que estabelece os princípios gerais das bases do planeamento nacional. Praia, 1985.

_____. Lei nº 52/II/85, de 10 de janeiro, que estabelece o regime financeiro dos serviços e fundos autónomos a regulamentação por diploma especial, e desenvolvimento dos princípios gerais. Praia, 1985.

_____. Decreto-Lei nº120/85, que estabelece novas regras de classificação das receitas e despesas Orçamentais. Praia, 1985.

_____. Lei nº20/II/83, de 10 de janeiro, que aprova o programa de investimentos públicos. Praia, 1983.

_____. Decreto-Lei nº41/80, de 14 de junho, que autoriza à Reforma das Finanças Locais. Praia, 1980.

_____. Decreto-Lei nº47/80, de 2 de julho, que define a contabilidade municipais. Praia, 1980.

_____. Lei nº1/79, de 17 de fevereiro, que procede medidas legislativas consagradas na reforma das finanças local. Praia, 1979.

_____. Decreto-Lei nº5-C/75, de 23 de julho, que procede a organização política do Estado. Praia, 1975.

_____. Lei nº13/74, de 13 de janeiro, que aprova o estatuto orgânico do Estado de Cabo Verde. Praia, 1974.

Apêndice: Guião de entrevista aplicado aos sujeitos de pesquisa

Guião de entrevista aplicado aos sujeitos de pesquisa

Este guião de entrevista é parte integrante da monografia intitulada “ **Descentralização do Poder Local e o Cumprimento dos ODM em Cabo Verde: O Caso do Município da Praia**”, enquadrada no âmbito do curso de Licenciatura em Administração Pública e Autárquica realizado pela Universidade Jean Piaget Cabo Verde.

O objectivo é obter informações sobre a descentralização do Poder Local e o Cumprimento dos ODM em Cabo Verde, com realce para o Município da Praia.

A sua colaboração é indispensável para realização deste trabalho. Sendo assim, agradecemos que responda com sinceridade à todas questões que lhe são formuladas, tendo em consideração que as respostas são utilizadas apenas para fins académicos, salvaguardando a confidencialidade das mesmas.

I. Informações gerais

1. Nome do entrevistado _____
2. Cargo/função _____
3. Instituição/organização _____
4. Data da realização da entrevista _____
5. Código _____

II. Roteiro das perguntas

1. Que apreciação faz sobre o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio pelo Município da Praia?
2. Quais os constrangimentos ao cumprimento dos ODM por parte desse Município?
3. De que forma o reforço da descentralização do Município da Praia pode contribuir para o cumprimento dos ODM?

4. O que deve ser feito, em termos de medidas de políticas e estratégias, para o reforço da descentralização desse Município, e que contribua para o cumprimento dos ODM?

Um muito obrigada, pela sua colaboração!

Nadine Janete Tavares